



## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009

### Acta n.º 3

Ao vigésimo quinto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezoito de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 19/10/2009; -----

**PONTO SEGUNDO:** Eleição de cinco Membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve; -----

**PONTO TERCEIRO:** Nomeação de um representante da Assembleia Municipal e substituto para integrar a Comissão Municipal de Toponímia; -----

**PONTO QUARTO:** Designação de quatro pessoas para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, nos termos da alínea l) do art.17º da Lei n.º147/99 de 1 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2009, respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2010, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2010; -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. -----

A Segundo-Secretário fez a chamada: -----

**PRESENÇAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre



Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras) e José Cabrita (Guia). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Marlene Martins Dias da Silva, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro, e em regime de não permanência, a Vereadora Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

**FALTAS:** Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** -----

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia iniciou a sessão com o período destinado aos munícipes. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Carlos Ventura - "Muitas pessoas pensam que o meu acto é político, mas não é, o meu acto é cidadão. Quando houve as eleições, já tive oportunidade de me pronunciar, o Sr. Presidente deu uma "pancada forte", soube fazer, os outros não souberam fazer. Sou "impolítico". Quando comecei a ver os cartazes a dizer mais ou menos "ele está a chegar", "ele já chegou, o David". É pena ele não estar cá porque gosto de falar com as pessoas perto e não é falar mal do rapaz. Fui um homem de esquerda, foi simpatizante do PS, foi a pior aberração que eu recebi da minha terra, o formato da forma como fui recebido e tratado. Nas últimas eleições tentei contactar o Sr. Anastácio, devido à minha situação, não vi o Sr. Anastácio. Tentei contar o Sr. David, não vi o Sr. David. Eu pergunto, o que é a política?" (Doc. 1). -----



ALBUFEIRA 25/11/2009

I

ESTÁ A CHEGAR/SA CHEGOU/EU NÃO OVI O DAVID/NA PENÚLTIMA ELEIÇÕES AUTARQUICAS PENSO 2005 TEVEI CONTACTAR O CANDIDATO A NASTÁCIO/NÃO CONSEGUI POR INDISPONIBILIDADE DO MESMO/

NA ÚLTIMA ELEIÇÃO 2009 PELO CONTACTO FOI ME COMUNICADO EM QUE O CANDIDATO DAVIA INIA AO MEU ENCONTRO SESHARIA/NÃO HOUVE CONTACTO O CANDIDATO PS. ASSEMBLEIA PENÚLTIMA ELEIÇÃO 2005 PENSO PROMETE-ME E/RESSIVIDADE E ENVIAR-ME PARA O SR. PARVAIHO/

NESTA ÚLTIMA ELEIÇÃO UM SENHOR LIGADO AO PS POR INDEFERENCAS DE ANAIZE ME ENVIAR PARA O SR. CARVALHO ELEIÇÃO 2009/

NÃO ESTANDO EM SINTONIA PERGUNTO QUAL FORMATO POLITICO SE A POLITICA DEVERÁ ACTO DE NOBREZA/O PENSAR DE DEUS SÃO LIVRES/OUTROS POR CIRCUNSTÂNCIAS SILENCIOSAS EM FORMATO DE VINDANÇA USUFRINDO A RESPOSTA DO ABUSO DO PODER/BENEFICIAR A DESORGANIZAÇÃO A INFLUENCIA A AMIZADE A CORRUPÇÃO/NÃO ME DESLUIO PROFUNDO O INQUIETO DE ANAIZE/É SOBERANA DE ANAIZE DE ENREQUECIMENTOS ILÍCITOS PARARELOS A CAMUFLAGEM DE TERCEIRO/DESORGANIZANDO O PODER ECONOMICO

CHEGAR A CONCLUSÃO DO NÃO AGRUPAR POLITICOS A IMAGEM DA LIBERDADE DA MENTE E PENSAMENTO UNIVERSAL AS POLITICAS SÃO TENDÊNCIAS DE FAMILIAS A AMIZADES INFLUÊNCIAS DO GRUPO QUE SE DEVIDEM/ SITUANDO-SE NA POLITICA DO CHADREZ

PORTUGAL É UM PAIS/UMA IMITACAO/UMA MINIATURA DE AREA CONSERVADA/CONSTRUINDO-SE DE INCERTEZAS/CONSTRUINDO O PARECER PARALELO DE UM PAIS DE INCOGNITA/UM PAIS É O TODO NO RESPEITO DO TERRITORIO DOS SEUS HABITANTES/PELO RESPEITO DO POVO DA SUA MEMORIA A SUA CULTURA/PRODUTINDO NO CONHECIMENTO UNIVERSAL TRANSPARENTE E TRANSDISCRETO NO EQUILIBRIO DE TRANSPARENCIA PLATONICO REGRAN-ME A OBJECTIVIDADE E CONTRARIAR A INFLUENCIA NEGATIVA/RESENTAR A OBJECTIVIDADE DO TER PERMUNCIANDO A LIBERDADE DA MENTE REGRANDO O HUMANO NOVO/NA TERRA DA ORGANICA ORIGINALIDADE DO SER.



ALBUFEIRA 25/11/2009

H

# TRANSPORTES PÚBLICOS

PERDUNTO SE ALOU RESPONSÁVEL DA ÁREA A NAZIOU DE VÁRIOS PONTOS A OUTROS PONTOS A SUA FUNCIONARIDADE O TEMPO DE UM LOCAL A OUTRO LOCAL. DAS COMO EXEMPLO SESHARIA PARADISEM PONTA GRANDE SESHARIA AO ALGARVE RHOPILU DUA A CONCLUSÃO FINAL IR EVIR PREÇO TEMPO DISPONIBILIDADE ALTERNATIVAS QUE TRANSPORTES PARA IR E SAÍDA DO CIVILITA

IMPRESSA / QUAL FUNCIONARIDADE DE LIBERDADE ACESSO A COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO A PROPRIA COMUNICAÇÃO ESCRITA RÁDIO TELEVISÃO / NOUQUA PROPRIO DIA DAS ELEIÇÕES 2009 POLITICO FAZAR VIA CASSETTE INCITAR AO VOTO GERAL NÃO PARTIDÁRIO PERDUNTO. ME SE A RÁDIO / E LIBERAL O CONSENSO DO GOBIERNO A IMPRESSA REGIONAL E FUNÇÃO FUNCIONARIDADE DE INTERESSE PÚBLICO

COPENHAGA DIA 4/12/2009 REUNIÃO COLOQUE DEBATE SOBRE AQUECIMENTO GLOBAL / PENSU / NOUO O COMBUSTÍVEL UM POUCO MENOS POLUENTE E MAIS CARO / A RECICLAGEM É ADVERSA / NA RECUPERAÇÃO DOS OLEOS DO MESTICO HAVIA SALCOES PELA UTILIZAÇÃO DA RECICLA. DEN OS FODOS POSTOS / OS DESIGILIBRIOS / AS RENOVÁVEIS APROXIMANDO. SE DA RECICLAGEM EVITANDO A RECUPERAÇÃO ORIENTANDO A QUASA / RECICLAR TAMBÉM É POSSÍVEL CONSERVAR MENOS POLUICA

UM NASCENTE MUNDIAL CHAMA A OUTRA DE FEIÇÃO VER DE PEZA ABORDAGEM INFORMATIVA DE CATASTROFE LICITA DAS CONSEQUÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS E BUCH A A2 THOR

SE UM ADVOGADO E MA. ULTRADE PEZO FORMATO FORÇA DO PODER À RAZÃO / UM ACTO MENOS CORRECTO RA CIGER / INFORMO UMA ASSINATURA DO DESPROTEGIDO A ANALIZE / DA ANALIZE INQUÉRITO AOS TERRENO DAS ELEIÇÕES CONCELHO DE ALBUFEIRA / AOS FORÇAS DE ESTATUTO DE AVEC MORTAS ANIQUIZANDO OS FRACOS DESORGANIZANDO A CULTURA LOCAL PELO DESVIO DAS POPULAÇÕES / DESMANTELANDO A ALGENTE ETURA ALGARVIA / O HABITAT DAS RAPASAS DAS DAIKUTAS A VES INDIQUATÓRIAS DESPROTEGERAM NO COM-

C



ALBUFEIRA 25/11/2009

HT

TEMPO A SUA PRÓPRIA DEFESA DE PROTECÇÃO/AUTO DEFENSA.  
 INDO A SEIVA DA HUMANIDADE  
 QUEM PENSA QUE SABE TUDO/IMPOSSÍVEL/É VAZIO A  
 SABODERIA DE MILHÕES DE MILHARES DE ANOS A CURI-  
 ZACÃO/NO TEMPO DA HISTÓRIA A MEMÓRIA É PERFECTA  
 HUMANA VIVE REZAMAGOS DE MOMENTOS ESCASSOS  
 DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

VILA REAL STANTONIO É VILA REAL PELO CONEITO DE  
 AUTO DEFESA DOS SEUS CONCIDADAOS/ADULIDIZER  
 AQUI É ALBUFEIRA/ADULIDIZER EVITA-SE CONSTRUIR  
 PROTEGENDO PRIMEIRO OS CONCIDADAOS DE ALBU-  
 FEIRA IRREAL

BIBLIOTECA LÉDIA BORDO OK. PORQUE NÂO ANTONIO  
 AZEIXO PORQUE NÃO DOITORSERRO  
 QUANTO CUSTOU O BANTAR TENDA EQUIPAMENTOS RÁDIO  
 À ANTARTICA 2200 A 2400 PESSOAS QUANTAS PES-  
 SOAS ESTIVERAM SEM PAGAMENTO  
 QUEM PAGA O PARTIDO OS IMPOSTOS OS ASSOCIADOS  
 OS INDUSTRIAIS /SE SEM QUAL SE EXISTE INFLUENCIA  
 DE RETORNO

ASSIM VAI A POLÍTICA EM POR TUDO

PEDALOS DE PEDRAS QUIBRAS/DE COSMETICA DE SE-  
 MENTES DE APOLOGIA PARA DURA FURA  
 DE CENAS DE FARINHA DO FORNO DO PAO DOS SENTIDOS  
 DA MEMORIA DA RAIZ DE FORNA DE LIVROS DE LARERAS  
 NA SUCERRE VIVER O SEMCO DA ESTONIA DA TOMATI-  
 CA DA FORTE VIVE.

DE ZIMNAS DE ZIMNUA ESPERANCA DE ILHES DE  
 PEROLAS PERDIDAS VIVE A DESLORAC/DA TEORIA  
 VIVE VIVERA A HUMANIDADE SER OU NÂO SER/  
 FICA CONCLUSÃO DA HUMANIDADE

A PLANETA VIVE O SERI OU A PLANETA TER VIVE  
 A ESTONIA HUMANA NO FIMASSO HUMANO AVARE  
 INCORRECTIVEL

O HUMANO NÂO TEM FORÇA EDEOLOGICA DE APERFEI-  
 FORMENTO/VIVE AS APARECIAS DA IGITICA DE SOCIE-  
 DADS DE IGUALDADE

PREPARADORA A SOCIEDADE REPRESSIVA



Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, de onde se destaca a resposta, por parte da Câmara Municipal, à reclamação apresentada, na última sessão, pelo Sr. Manuel Lino de Carvalho, sobre a Urb. das Texugueiras, sobre a qual irá ser dada informação ao referido Senhor. A Primeiro-Secretário informou ainda que, toda a correspondência está acessível, para consulta, a todos os digníssimos Membros, no Gabinete da Assembleia Municipal. ----- Terminada a leitura da correspondência e o Presidente da Assembleia encerrou o Período Antes da Ordem do Dia e iniciou o Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 19/10/2009; -----  
Presidente da A.M. (PSD) apresentou o ponto e passou a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. colocou a acta à votação. -----

### VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

### A acta foi aprovada por unanimidade -----

O Presidente da A.M. (PSD) propôs que se alterasse a ordem de trabalhos. No ponto dois, como a eleição deverá ser feita através do método de Hondt, para que o exista mais rigor, o referido ponto passaria para mais tarde, seria feita a apresentação de listas, seguida de uma pequena suspensão e finalmente o apuramento do resultado. ----  
Ninguém se opôs. -----

## PONTO TERCEIRO

Nomeação de um representante da Assembleia Municipal e substituto para integrar a Comissão Municipal de Toponímia; -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente (PS) - Apresentou proposta (A) (doc.2). -----



A 6

**Nomeação de um representante e substituto para integrar  
A Comissão Municipal de Toponímia de Albufeira**

O Partido Socialista representado nesta Assembleia Municipal

Apresenta para a nomeação:

**Efectivo**

**- Victor Manuel Clemente da Silva**

**Suplente**

**- Luis Filipe Mendonça Reis**

**Albufeira, 20 de Novembro de 2009**



Paulo Freitas (PSD) - Apresentou proposta (B) (doc.3). -----

Bj



**Grupo Municipal do PSD**  
**Assembleia Municipal de Albufeira**

**EX.MO SENHOR**  
**PRESIDENTE DA MESA DA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ALBUFEIRA**

**(Ponto 3 da Ordem do Dia)**

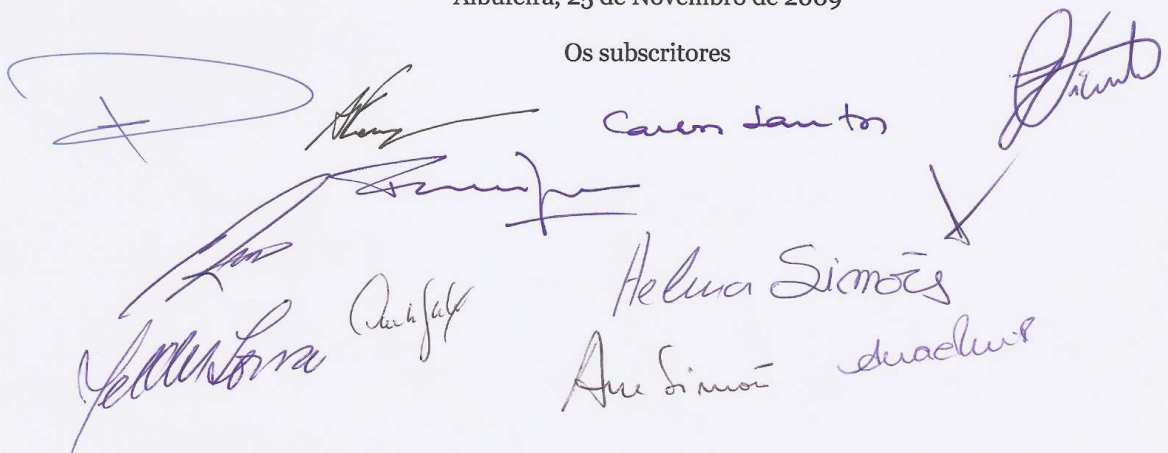
Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, com vista a integrar a Comissão de Municipal de Toponímia propõem como elemento efectivo:

1. Vítor José Correia Maria Vieira  
E como elemento suplementar

1. Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Albufeira, 25 de Novembro de 2009

Os subscritores

  
Carlos Santos  
Helena Simões  
Ana Simões  
duadun



Presidente da A.M. (PSD) - Colocou as duas propostas à votação, por escrutínio secreto. -----

Depois de feita a votação o Presidente da A.M. saiu da sala, a Primeiro-Secretário tomou o seu lugar e pediu a ajuda ao Membro Vítor Clemente para fazer a contagem dos votos. -----

**VOTAÇÃO:** -----

PROPOSTA (A) - cinco (05) votos favoráveis -----

PROPOSTA (B) - dezassete (17) votos favoráveis -----

Votos em branco: um (01) -----

Ausências: zero (00) -----

**Foi aprovada a proposta (B), apresentada pelo PSD. Foi nomeado o membro Vítor José Correia Maria Vieira como efectivo e o membro Carlos Augusto Cabrita dos Santos como suplente.** -----

O Presidente da A.M. regressou à sala e tomou o seu lugar. -----

#### **PONTO QUARTO**

Designação de quatro pessoas para integrar na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, nos termos da alínea l) do art.17º da Lei n.º147/99 de 1 de Setembro; -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente (PS) - Apresentou proposta "A" (doc.4). -----



AS

**DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS PARA INTEGRAR NA  
COMISSÃO ALARGADA DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE  
ALBUFEIRA**

**O Partido Socialista representado nesta Assembleia Municipal**

**DESIGNA**

**- FLORBELA JESUS PALMA CAIXINHA**

**- CARLOS ALBERTO DA VOLTA MILHEIRO LIMA**

**- Nuno Filipe Gomes Cruz Fonseca**

*- Victor Manuel Cláudio Silva*

**Albufeira, 20 de Novembro de 2009**

B4



**EX.MO SENHOR  
PRESIDENTE DA MESA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA**

Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira, propõem como elementos efectivos:

1. Helena Maria Palhota Dias Simões
2. Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa
3. Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha
4. Ana Luísa Sousa Simões

E como elementos suplentes:

1. Ana Cristina Pinto da Mota de Barbosa Mendonça
2. Maria Isabel Rodrigues Mateus

Albufeira, 25 de Novembro de 2009

## Os Subscritores

Carlos Santon

1. Ana Cristina Pinto da Mota de Barbosa Mendonça  
2. Maria Isabel Rodrigues Mateus

Albufeira, 25 de Novembro de 2009

Os Subscritores

Caros Santos

Helena Simões

V. F. L. L. L.

Carla

duodup

per

Diante

Francisco Oliveira (PS) - "Sr. Presidente: na sequência da já referida intervenção que fiz aquando das últimas eleições, é de lamentar que, efectivamente, se tenha quebrado



a tradição que há muito vigorava nesta Assembleia Municipal, na integração de pessoas das várias forças partidárias para a Comissão de Jovens e Crianças em risco. Portanto, é de lamentar que mais uma vez assim seja, não se permita que todo o espectro político desta Assembleia possa permitir-se então estar representada na Comissão Alargada e, manifestar assim, esta desilusão. Tenho dito." -----

Carlos Lima (PS) - "Subscribo literalmente o que disse o Francisco Oliveira." -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. colocou as duas propostas à votação, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

A Primeiro-Secretário pediu ajuda ao Membro Francisco Oliveira para fazer a contagem dos votos. -----

PROPOSTA (A) - quatro (04) votos favoráveis -----

PROPOSTA (B) - dezassete (17) votos favoráveis -----

Votos em branco: dois (02) -----

Ausências: zero (00) -----

**Foi aprovada a proposta (B), apresentada pelo PSD. Foram nomeados os Membros, Helena Simões, Nuno Lisboa, Pedro Farinha, Ana Simões, como efectivos e, Ana Mendonça e Maria Isabel Mateus, como suplentes.** -----

## PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2009, respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia.-----

Rosário Charrua (BE) - "Dado que não tenho informação e tendo em conta que deve ser cobrada a taxa de IMI sobre os prédios devolutos e degradados, gostaria de saber se existe um levantamento destes prédios existentes no concelho." -----

Francisco Oliveira (PS) - "Na sequência da proposta do Município de Albufeira e neste caso do Executivo, lê-se em determinada altura, num dos parágrafos dessa mesma proposta, e passo a citar: '*Como elemento relevante para se fazer uma avaliação da taxa razoável, poder-se-á referir, que até esta data o Município recebeu, € 19.492.244,68 de IMI e, no período homólogo do ano anterior, havia recebido €15.958.996,86 embora desconhecendo ainda, de momento, os montantes a receber até ao final do ano, nos permitirá prever que a cobrança total se venha a situar em números superiores aos registados no ano 2008*'. E é com base nisso que o partido Socialista, mais uma vez, vem alertar para a situação recorrente da existência de montantes superiores àqueles que, inicialmente, estão orçamentados e, se se vem a verificar, efectivamente, vêm a ser recebidos montantes muito superiores aos orçamentados. Ou seja, pelas contas e não tendo terminado o ano, verifica-se que o Município irá receber entre 22 a 25% mais do que no ano passado. E, nesse sentido, a



nossa proposta é de que possa haver um equilíbrio entre aquilo que são os encargos dos munícipes e necessariamente aquilo que é também o orçamento do Município. Não é intenção do partido Socialista e nunca foi, tomar uma posição que pudesse reduzir ou pôr em perigo o equilíbrio das contas do Município. Nesse sentido, temos uma proposta que consiste no seguinte:" (doc.6): -----



*[Handwritten signature]*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ALBUFEIRA

25 de Novembro de 2009

O Executivo Municipal do PSD fundamenta a sua proposta para a fixação da taxa "razoável de 0,6%" do Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos relativamente ao ano de 2009, no facto de ter recebido até finais de Outubro de 2009 19.492.244,68 euros e no período homólogo de 2008 ter recebido 15.958.996,86, ou seja, obteve receita superior em 2009 superior à de em 2008, reconhecendo expressamente o aumento das aludidas receitas.

Assim, a C. M. de Albufeira recebeu em 2009 mais de 22% do que em 2008, sendo que tal montante ainda não se encontra apurado a final, pelo que os valores poderão ainda ser superiores.

Verifica-se ainda que o valor recebido é superior ao montante orçamentado, situação esta que tem ocorrido todos os anos, escamoteando assim o peso da carga fiscal aquando da apresentação do orçamento.

É conveniente lembrar que os munícipes de Albufeira são aqueles que mais taxas e impostos pagam nos 16 concelhos do Algarve, chegando a cerca de € 1.100 per capita.

Acresce que em virtude da redução do prazo de isenção de IMI, todos os anos, mais imóveis começam a pagar IMI, aumentando assim as receitas independentemente da taxa fixada.

É de pleno conhecimento dos membros desta Assembleia Municipal, as enormes dificuldades económicas/financeiras dos munícipes e todos aqueles que investiram neste Concelho.

No passado recente, era hábito dos proprietários de imóveis procederem ao arrendamento das fracções autónomas que possuíam no concelho no intuito de minimizar as suas dificuldades económicas.

Em virtude da crise económica e do decréscimo da actividade turística, tais rendimentos caíram bruscamente.

Face ao exposto, não é justo penalizarmos ainda mais os munícipes de Albufeira, tendo em conta que as receitas de IMI, apesar da redução das taxas têm vindo a aumentar.

*15*



la 2

Assim, e em época de retracção económica, é salutar que o município entenda as dificuldades dos munícipes, decidindo de forma equilibrada, ou seja, apesar de uma eventual redução, verifica-se que o valor absoluto não decresce, pelo que o equilíbrio orçamental do município não será afectado.

Pois, se de facto estamos perante uma situação económica difícil que a todos atinge, é esta a altura certa para, com o nosso voto, contribuímos para uma melhoria das condições de vida dos munícipes de Albufeira, sem pôr em risco as contas do Município.

Considerando que o executivo PSD, na sua proposta sobre a fixação da percentagem de participação no IRS, ponto 7 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, quem refere que “face á conjuntura económica e financeira global se deverá anular a percentagem que cabe a este Município aplicada ao IRS (máxima 5%) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Albufeira”, receita esta que não tem vindo a ser cobrada em anos anteriores

Considerando que os investimentos definidos pelo executivo PSD são meramente programáticos.

Considerando que relativamente aos investimentos a executar face ao plano/orçamento para 2010 é muito provável que os valores dos mesmos sejam reduzidos, pois os candidatos aos concursos, serviços e fornecimentos têm vindo a apresentar orçamentos mais baixos em virtude do decréscimo da taxa de inflação e da redução das matérias primas, diminuindo os custos de cada obra, fornecimento de bens ou serviços, para além das fórmulas de cálculo de revisão de preços, que face ao decréscimo dos custos dos produtos, irão reduzir substancialmente os preços das empreitadas já em curso, podendo o Município pagar no final valores abaixo dos orçamentados.

Considerando que a eventual redução da taxa não afecta o valor absoluto a receber e como tal não implicará qualquer desequilíbrio nas contas do município.

25



13

PROPOMOS:

1 -Que esta Assembleia Municipal delibere, em conformidade com o preceituado nas alíneas b) e c) do nº 1 e do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis com referência do ano de 2009 a cobrar em 2010, as seguintes taxas:

- 0,55% para os prédios urbanos;
- 0,35 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

2 – Que a Assembleia Municipal, delibere isentar do imposto a aplicar aos prédios urbanos DEGRADADOS, em conformidade com o levantamento feito sobre este tipo de imóveis já vistoriados ou a vistoriar pelos serviços da Câmara Municipal, e que face ao seu estado de conservação não estejam a cumprir em condições a sua funcionalidade e façam perigar a segurança de pessoas e bens, dado esta ser uma das medidas consentâneas com o estado do prédio, havendo a necessidade da Câmara Municipal considerar um prazo para a recuperação do prédio degradado.

Albufeira, 25 de Novembro de 2009

Membros da Assembleia Municipal de Albufeira  
Eleitos pelo Partido Socialista

Victor Clemente:

Francisco Oliveira:

Florbelá Caixinha:

Carlos Lima:

Luís Reis:

35



Francisco Calhau (PSD) - "A proposta do PS, da forma como é fundamentada, apetece votar favoravelmente, se não for vista no enquadramento em que nos encontramos. É um facto, que estamos a atravessar um ano complicado ao nível económico e social. Também é um facto que, para além das obras em curso, para além das intervenções que a Câmara tem tido e continua a ter, a intervenção deste município em termos sociais, tem aumentado progressivamente e provavelmente, em nosso entender, embora vendo com bondade a proposta, pensamos que pode ser arriscado neste momento fazer um redução das taxas, tendo em consideração a crise que aí está e o papel que a Câmara pode ter de vir a desempenhar como estabilizador social. E, portanto, isso só se faz com receita, com capacidade de poder dar resposta a essas situações que possam daí da crise instalada. Embora compreendendo a bondade da proposta, nós temos que a recusar face a esta argumentação, pura e simples mas que, poderá naturalmente mais fundamentada por uma intervenção, eventualmente, que o Sr. Presidente da Câmara queira fazer, caso seja autorizado a fazer e que eu, desde já, gostaria de ouvir." -----

Rui Bernardo (PSD) - "Gostaria de perguntar ao Dr. Francisco Oliveira se sabe quantificar as medidas que podem levar à redução. Ou seja, a redução em pontos percentuais das taxas, se sabe quantificar esse valor a que é que corresponde essa redução. Queria perguntar também ao Dr. Francisco Oliveira, se sabe qual foi a redução do IMT, em 2009, no Município de Albufeira." -----

Francisco Oliveira (PS) - "Relativamente aos números, vou responder directamente, não tenho informação. E relativamente ao IMI significa que independentemente da fixação da taxa, todos os anos ela tem aumentado. Quer isto dizer que, o valor orçamentado nunca corresponde à realidade. Portanto, o que estamos sempre a fazer é, basearmos num determinado montante, montante esse que vai ser sempre recebido em valor superior por duas ordens de razões. É porque, entram mais edifícios a pagar em espaços mais curtos e, efectivamente, surgem estas situações de aumento que não são previsíveis, que não são quantificadas. Eu devolia a questão, embora não saiba responder, gostaria que pudessem fazer uma previsão de qual o IMI para o próximo ano, para nós podermos saber se vai ser recebido este ou se vai ser recebido um valor muito superior. E o que tem acontecido todos os anos é que o orçamento prevê um valor inferior em termos de IMI aquele que, efectivamente, é recebido. Portanto, não parte de nós esta questão, parte realmente de, todos os anos temos verificado que se prevê um valor determinado e cerca de 20 a 30% é recebido a mais. É nessa perspectiva que nós dizemos, então vamos equilibrar. As contas, penso que não são feitas com base nesses 30%. E quando o Eng. Calhau faz referência à necessidade das obras sociais, à necessidade das obras que estão em curso, eu penso, das duas uma, ou está a contar com os 30% que não sabemos se vamos receber, então se vamos receber não está no orçamento, ou se não se está a contar, não se deve fazer esse aumento e propor essa taxa. É nesse sentido." -----

Paulo Freitas (PSD) - " Para analisamos a questão do IMI temos que ter em conta elementos de teor relevante. Temos de saber se nos períodos homólogos a quantia



recebida no final de cada ano económico tem derivado tão só da cobrança dos impostos devidos nesse ano ou se também tem derivado da cobrança dos impostos em atraso. Nos últimos quatro anos temos tido essa experiência; há oscilação considerável do montante recebido a título da quantia devida daquele próprio ano económico, das quantias que estão em atraso e que resultam da cobrança coerciva que, obviamente, no final de cada ano são contabilizadas para efeitos de recebimentos, e que não têm que ver com a taxa, nem com a orçamentação. Também tem que se ter em linha de conta a circunstância de as receitas que derivam da contribuição autárquica terem decrescido consideravelmente. Se formos ver, recebemos no ano passado um milhão de euros e por enquanto, até à presente data, o município arrecadou duzentos e dezassete mil euros. Há um decréscimo considerável para efeitos da contribuição autárquica porque vão sendo cada vez mais os prédios avaliados, mas a taxa dos prédios avaliados é inferior à que vigorava em sede de contribuição autárquica. Depois, tem de ser aferida a avaliação da taxa a aplicar em sede de IMI com outro critério que aqui ainda não foi levantado, que tem a ver com os índices de localização. Esses coeficientes de localização, que foram reduzidos pelo governo central, terão aplicação prática a partir do momento em que cada contribuinte faça o requerimento a pedir a actualização desse prédio. O que fará baixar o valor patrimonial de cada habitação que, obviamente, a taxa a aplicar sobre esse prédio resultará num montante inferior a receber por parte do município. Não podemos ser redutores ao ponto de vista de analisarmos só um número, tal como fizemos até agora, temos de analisar toda a conjuntura que está à volta deste imposto; como temos que analisar aqui a questão de um município (aquilo que afecta directamente as famílias), ter taxa zero em sede de IRS. O município de Albufeira tem o cuidado de proteger as pessoas. Obviamente tem de ir buscar receita a algum lado, vai buscar a receita através do património. Temos a noção de que muitos dos proprietários não residem em Albufeira. Enquanto que toda a gente que paga IRS reside e tem sua residência cá. Se de um lado, ainda que hipoteticamente se possa considerar penalizados por a taxa do IMI, não serão penalizados em sede de taxa de IRS. Querer fazer uma censura ao executivo por trazermos estas taxas, quando efectivamente no final iremos aferir uma redução prática e efectiva das contribuições a pagar por cada munícipe do concelho de Albufeira, reduzindo inclusivamente a ordem de valores que terá a receber por conta deste imposto, não é sério. Parece-nos, num ponto de vista além de prático, efectivo e sem qualquer tipo de outra questão, que o executivo traz-nos uma proposta séria, coerente e que está de acordo com os interesses, quer do próprio município, quer dos munícipes que aqui residem. Cremos que esta proposta deverá ser aprovada por esta Assembleia nos termos que vem apresentada pelo município.” -----

Carlos Gabriel (PSD) - “Sobre a taxa de IMI, temos a noção que os valores que vão ser recebidos pela Câmara vão sendo cada vez menores. Porquê? Existem menos declarações de prédios novos. Além disso, a partir de 1 de Janeiro do presente ano, na fórmula de cálculo do IMI, o valor de construção baixou de seiscentos e quinze para seiscentos e nove euros por metro quadrado. Qualquer munícipe, qualquer imóvel, ao



fim de três anos de avaliação, pode pedir segunda avaliação, ao pedir a segunda avaliação vai beneficiar com um coeficiente de idade inferior. Ao ficar com esse valor de 609 m<sup>2</sup> e com o coeficiente de idade menor, vai reduzir substancialmente o valor tributável do imóvel. Portanto, como não há declarações de tantos prédios novos como nos anos transactos, e se os munícipes pedirem segunda avaliação dos imóveis passados três anos da primeira avaliação, este valor vai cada vez mais reduzido. Parece-me que, de facto, a manutenção destas taxas é coerente com as obras que vão sendo desenvolvidas no Concelho. -----

Vitor Clemente (PS) - "A situação da proposta do PS que acabamos de apresentar, que solicita a que venhamos a votar na diminuição de 0.05% é, de facto, diminuta, aliás na proposta nós o citamos. Há muitos casos em termos de isenção que estão a ilíquidar e há muitos casos, poderia tê-los trazido comigo, que subiram 540%, necessitando, eu trarei esses números para aqui, que é de facto inédito. Seria, esta situação, uma demonstração da parte do executivo, que também está a ver a situação económica de todos os seus munícipes e aqueles que de uma maneira ou de outra investiram em Albufeira, era uma maneira de não penalizarmos tanto em face da situação económica que todos nós atravessamos. Seria nesse sentido, porque a taxa também podia estar em valores de 0,7, que é a taxa máxima, a Câmara ponderou e manteve exactamente a taxa do ano anterior. É certo e como dizia o Francisco Oliveira, os valores até Outubro de 2008 subiram acima dos 22%. Há ainda indicadores que, até final do ano, com certeza que irão subir muito acima dos 22%. Isso é um indicador! E é um indicador para uma situação económica que todo o mundo atravessa, e não só aqui em Albufeira. Tenho dito." -----

Francisco Oliveira (PS) - "Eu reconheço que os argumentos apresentados pelo Eng. Carlos Gabriel e pelo Dr. Paulo Freitas, relativamente a estas questões do IMI, tem a sua razão de ser. De facto, os conceitos, os índices de robustez, todos aqueles índices que vêm no IMI serão alterados. Mas há que ter em atenção a questão de que, muitos dos prédios que neste momento estão ainda em isenção, passados os três ou cinco anos entrarão a fazer o pagamento. O que nós temos verificado é exactamente isso. É que, de ano para ano, os valores têm aumentado. E é, de facto, nessa perspectiva que entendemos, se calhar o próximo ano irá nos dar razão e esperemos que sim, até para o bem da Câmara e mal dos munícipes, iremos receber muito mais do que aquilo que recebemos este ano. Apesar dos índices poderem decrescer. Quanto á contribuição autárquica, é de facto um imposto que já não existe, foi instinto e que se está a tentar recuperar. É natural que o valor de duzentos e dezassete mil recuperado este ano, seja muito inferior ao cerca de um milhão recuperado no ano passado e para o ano ou daqui a dois anos deixaram de existir. Outra questão falada pelo Dr. Paulo Freitas e parece que é importante, que iremos discutir no ponto sete mas já agora deixo aqui esta introdução, é que, não parece que a medida da não cobrança dos 5%, neste caso taxa zero, possa permitir a toda a população de Albufeira uma redução do seu IRS. É porque, fazendo as contas, apenas 15% da população de Albufeira poderá beneficiar disso e não a totalidade como seria desejável para todos nós. -----



Francisco Calhau (PSD) - Eu apetecia-me fugir um pouco do tema, da questão da discussão dos números, se vamos ter mais receita, se vamos ter menos receita. Eu gostava de fugir um pouco disso e entrar nesta discussão, finalizar da minha parte, com um ponto de vista um pouco mais político. Analisando o que se está a passar a nível do país, aquilo que são as indicações inclusivamente do próprio Banco de Portugal, afirmando que o Governo não vai conseguir controlar economicamente o país no ano que vem, e muito provavelmente terá de aumentar impostos. Isto é o que é previsto a nível nacional. Portanto, isto significa que numa situação de crise económica ao nível do nosso concelho, a única entidade capaz de intervir é a Câmara. Para os problemas sociais que houver neste concelho, se eventualmente possam haver, só há esta possibilidade. Eu acho que seria irresponsável da nossa parte, neste momento desfalcar o executivo da possibilidade de poder conta com uma receita estável. Não sabemos neste momento se vai aumentar ou diminuir, é mera especulação, basta ver as análises que são feitas a nível nacional pelos economistas mais conceituados, e constatamos que muitas vezes são falíveis. Neste momento, não sabemos o que é que vem para o ano. Face ao volume de obra que temos, face aos compromissos que a autarquia tem assumido em termos sociais dentro do concelho, face à possibilidade de termos que encarar uma crise económica, não me parece que seja de bom-tom diminuir a capacidade de intervenção da autarquia como regulador social. Esta não me parece de forma alguma ser estrategicamente uma posição correcta a tomar, face àquilo que se diz a nível nacional. Nesta situação pese embora a bondade das propostas apresentadas, não encaramos com bons olhos a possibilidade de redução das taxas. Portanto, defendemos a sua manutenção, face a este problema que de uma forma resumida tentei descrever." -----

Presidente da C.M. (PSD) -" Penso que também é importante dizer aqui alguma coisa porque há coisas que desse lado não se conhecem, não se sabe. A minha primeira resposta vai para a Dra. Maria do Rosário que me fez uma pergunta. Posso dizer-lhe que, há um levantamento dos prédios degradados na população de Paderne e na zona antiga de Albufeira. Esse levantamento já foi entregue ao Vereador José Sequeira, que também tem o pelouro relacionado com a qualificação e é um processo que queremos agarrar. Existe algum trabalho feito, obviamente que agora, de certo modo, tem de ser verificado, porque alguns dos prédios já foram recuperados, outros já estarão mais degradados mas, o trabalho que existe é este. Em relação à questão da proposta, é evidente que a colocação de 0.4 e 0.6, é o manter as taxas do ano anterior, não há aqui nenhum aumento. Analisando essa questão, era para nós muito interessante se pudéssemos baixar os números. Só que há aqui um problema que tem a ver com o que o Eng. Calhau disse, que é a estabilização financeira do Município. E aquela questão de Albufeira ser sede do Concelho e que os valores são maiores, é uma falácia completa, porque isso é feito em função do número de habitantes do senso de 2001, de trinta e sete mil habitantes, quando nós nunca temos esse habitantes. Esse é para já o primeiro erro que se faz em termo das contas. Nós temos que investir em infra-estruturas de trezentas e cinquenta, quatrocentas mil pessoas. O Município de Albufeira tem que



investir, porque o turismo é a sua base de sustentação. Depois tem uma quantidade de infra-estruturas que, enquanto outros municípios que têm cinquenta mil fazem um depósito de água para cinquenta mil, nós temos cinquenta mil mas temos que fazer para quatrocentos mil. É evidente que essas infra-estruturas todas têm de ser feitas e não há já financiamentos para essas obras, isso acabou há muito tempo. No âmbito agora do quadro de referência vamos ter apoio para a escola na Guia até ao 9º ano, foi ontem à Reunião de Câmara para abrirmos concurso, são cinco milhões de euros. Hoje veio também aprovada a candidatura do Centro Social dos Olhos d'Água, para fazermos. Hoje de manhã dei uma volta pelas obras em curso e juntei a escola que acabámos há um mês, que ainda não foi inaugurada e, eu tenho aqui à volta de quarenta milhões de euros em execução. Vamos à área social: temos o regulamento do arrendamento, em que neste momento já estamos apoiando sessenta e seis famílias e prevê-se que em 2010 venhamos até quase às duzentas famílias; temos o regulamento dos estratos sociais desfavorecidos, foi agora publicado e daqui a pouco começa toda a gente a pedir que a Câmara intervenha nas habitações; temos as bolsas de estudo; temos uma série de gente que todos os dias nos batem à porta em que o marido e a mulher estão desempregados. Ou seja, nós temos de ter suporte, como disse o Eng. Calhau, porque no sistema central as coisas estão muito complicadas. E aqui, a Acção Social da Câmara, os Departamentos, as Divisões e os Vereadores, passamos a fazer consulta diária no contexto de ajudar as famílias. É evidente que, esses números não podem ser vistos só por esses números, há mais números. Nós temos que fazer o balanço e fazer a avaliação daquilo que é o orçamento necessário para sustentar o Município. E portanto, neste contexto, era muito simpático, muito interessante e ficávamos todos muito bem, e depois acontecia como o Governo Central, que em Janeiro era 3, em Maio era 5, estamos em Dezembro e já é 8,5. Temos, neste Município, que manter as obras em curso e temos uma série de apoios sociais em relação a 2010, que temos de os tratar. Temos que falar também do Centro Social da Nuclearve, a Aldeia da Solidariedade. Temos que falar da sede da A.H.S.A., o apoio à Misericórdia, o apoio à APEXA, o apoio às associações IPSS, temos o apoio aos clubes, para a sua formação. Ou seja, há aqui uma questão que é preciso ter em conta, que é, claramente, perceber como é que nós conseguimos apoiar e estabilizar o Município, e por outro lado, é as respostas às infra-estruturas e às exigências que nos colocam todos os dias. Visto por esse número pode parecer exactamente isso, mas temos que ir muito mais longe. Temos que fazer a volta a tudo e depois perceber o que é que está em causa. Tenho aqui uma série de apontamentos, onde há uma série de verbas, todas identificadas em termos sociais, que são claramente fortes e por isso temos de ter alguma forma de reforçar esse apoio porque em termos sociais em 2010, o apoio ser maior do que foi em 2009. Era isso que eu queria dizer, obviamente, defendendo a proposta, como é o meu dever. -----

Carlos Lima (PS) - Queria fazer só uma observação. Concorde com quase tudo o que o Sr. Presidente acabou de dizer, todos sabemos que são necessárias verbas para apoiar as pessoas. Nesse sentido, não percebo porque no IRS as pessoas não pagam nada,



quando se sabe que essa receita seria grande e incide sobre os mais altos rendimentos. Já que a Câmara quer fazer de "Robin dos Bosques", de ir buscar dinheiro para o distribuir, este é um bom sítio para o ir buscar, porque, com certeza que, as pessoas com o ordenado mínimo, as pessoas desempregadas, as pessoas com problemas, não vão beneficiar literalmente nada com o zero de IRS, serão os 10 ou 15% com rendimentos maiores. Eu percebo que a Câmara tenha que ter receitas, por isso também percebo que as vá buscar ao IMI, mas a proposta que o PS apresentou não foi para a Câmara não ir buscar receitas, aliás a percentagem que nós apresentámos, estou convencido, que mantêm e aumenta as receitas que a Câmara tem tido. Era, como já foi dito e bem, um sinal que a Câmara está atenta aos problemas que são vividos neste concelho. Se calhar, poder-se-ia ter reduzido um pouco num lado e aumentar no outro. Porque eu percebo que sem dinheiro não se consegue fazer nada e, aí eu concordo plenamente que é necessário continuar a cobrar impostos. Acho que, mesmo através da cobrança desses impostos, podem ser dados sinais às pessoas e não ia contra a intervenção de ninguém porque toda a gente acha que são necessárias mais receitas, e essas receitas estão garantidas mesmo com as taxas que nós apresentámos." -----

Rui Bernardo (PSD) - "Então, gostava de saber se o PS está interessado em fazer uma proposta para alterar a taxa de IRS para 2010" -----

Paulo Freitas (PSD) - "Não querendo extravasar o ponto que estamos aqui a discutir que é a taxa de IMI mas, efectivamente, não poderei deixar passar aqui algumas considerações. A questão, se eu bem percebi, devemos aumentar as taxas em sede de IRS, ou seja, prejudicando e penalizando os trabalhadores e deveríamos de decrescer as taxas em sede de património, beneficiando os que têm mais património, porque tanto se está a beneficiar quem tem uma casa ou quem tenha cinco. Se bem percebi, a ser assim, efectivamente, reiterava a pergunta do membro Rui Serôdio, saber se, ao chegar em sede de IRS, se temos uma proposta aqui condizente com os comentários e as considerações que a bancada do PS acabou de fazer. Não podemos deixar de ter em linha de conta que o cuidado da Câmara foi efectivamente, não aumentar impostos. A Câmara Municipal não aumentou impostos! A Câmara Municipal manteve as taxas, o que pode acontecer e reitero, o que pode acontecer, será um aumento das receitas decorrendo de uma série de factores vários que a Câmara não consegue controlar, porque decorre do número de construção terminada, decorre do número de construção licenciada, decorre do número de loteamentos aprovados. Será conveniente saber que os loteamentos aprovados uma vez inscritos em sede de IMI pagam uma taxa consentânea com as áreas que têm aprovadas, saber quais são as isenções que terminam neste espaço de tempo, estamos a falar de seis anos, o imposto está em funcionamento desde 2004, o que tinha de terminar já terminou o ano passado ou à dois anos, pois que a Lei prevê isenções de três, quatro, cinco e seis anos, e essas isenções variam também em sede de valor patrimonial das habitações. Como sabem as habitações que têm valor superior a duzentos e cinquenta mil euros não têm isenção. A questão que se coloca a partir de determinado momento, é saber se estamos aqui a acusar o município, o executivo de aumentar as taxas quando não representa a



realidade. Estamos a acusar o município de ter aumentado o número de receitas quando isso pode acontecer mas é de decorrência de vários factores. E no entanto, estamos a acusar a Câmara de não aumentar a incidência tributária sobre os rendimentos dos residentes de Albufeira. Parece-me, e daqui a pouco lá chegaremos, que estamos em contradição com o aqui que pretende o PS afirmar. Dentro da bancada do PSD, uma vez mais, reiteramos por uma total confiança na proposta da Câmara Municipal, nas taxas que nos são trazidas, demonstrando uma realidade e um conhecimento da realidade concreto, não meramente superficial, nem sequer especulativo. E dessa forma, será o sentido da bancada do PSD em aprovar sem mácula esta proposta que nos vem da parte da Câmara Municipal." -----

Luís Reis (PS) - "Considero que, a maior parte dos argumentos que têm sido debatidos aqui, têm consistência, tem veracidade, contudo penso que, o cerne desta questão sobre a diminuição do IMI estão-se a basear bastante nos montantes necessários para obras e bens sociais. Uma coisa é certa, as obras que são feitas, as que estão em curso ou aquelas que estão na forja, deveriam também ser analisadas e serem escolhidas consoante a real necessidade que esta terra a possa ter, assim como, deveriam ser dadas prioridade e desistência a projectos que possam estar na forja, isso, para compensar e para dar a possibilidade a que este IMI fosse mais baixo do que aquele que a bancada do PSD propõe. Digamos que, os valores que estão orçamentados e previstos para obras que possam vir a dar início, que não tenham sido ainda formalizados, deviam ser revistos, porque o país está em crise e não podemos de maneira nenhuma fazer de Albufeira um exemplo de infra-estruturas que possam trasladar para anos de melhor rendimentos. Penso que isso será talvez uma bela ideia, repensar projectos, de maneira a diminuir os investimentos que a Câmara se propõe fazer de forma a conseguir compensar os valores que possam, eventualmente, receber a menos com estas previsões de crise por parte do IMI conforme foi argumentado pela bancada do PSD. Isto é o cerne da questão. É conseguir-se ter dinheiro para continuar a apoiar, talvez, a maior número dentro do prisma social, mas não à custa de nós, a população toda, com IMIs que as pessoas, volta e meia têm imensa dificuldade em conseguir pagar, tirando aos seus rendimentos mensais 10% ou 15% para chegar ao fim do ano e conseguir pagar uma contribuição dessas. Tenho dito." -----

Francisco Oliveira (PS) - Na sequência do que aqui já foi referido, eu não tenho dúvidas e de facto, outros impostos locais e que eventualmente sejam feitos na Câmara, possam ter decrescido. Focando a intervenção do Sr. Presidente da Câmara de que, efectivamente, neste momento, há necessidade de dar um maior enfoque às questões sociais, o que eu discuto e acho que é prole, mas parece que a Câmara Municipal não tem só obras e acção social, tem tantas outras áreas. Não queria antecipar-me, porque não estamos agora aqui a discutir orçamento, nem opções de orçamento, mas a gestão de uma Câmara passa por uma série de outras actividades e de outras necessidades. Quando muitas vezes fazemos uma gestão, quer de uma Câmara, quer de uma empresa, e quando os recursos começam a ser escassos, as primeiras medidas são cortar em determinadas áreas para poder providenciar outras.



A acção social é bem vinda, é necessária e é fundamental, mas esperamos também e não tenho qualquer intenção de demagogia, que valores que já foram gastos em anos transactos, relativamente a determinado tipo de eventos, sejam controlados, sejam verificados, sejam analisados, para que, efectivamente, não continuemos então a ter aqui uma perspectiva de alguma limpeza que possa não ser consentânea com aquilo que sejam os mementos que estejamos a viver." -----

Presidente da C.M. (PSD) - "Apenas uma observação. A questão dos eventos, eu já estou habituado a essa conversa. A preocupação dos eventos tem a ver com o seguinte: é que Albufeira não faça, para depois irem assistir aos eventos a Portimão e virem dizer para Albufeira que é Portimão é que é bom. Foi a lógica que eu vi do candidato do PS na última campanha. Nós temos uma preocupação e temos um mandato e, nós sabemos e temos sabido ao longo destes anos, cumprir e assumir os nossos compromissos. Enquanto estivermos nesta condição somos, obviamente, responsáveis e somos avaliados como fomos há um mês atrás. E portanto, quando chegar a altura de discutir o orçamento e cortarmos aquilo que temos de cortar, somos nós que assumimos essas responsabilidades. A questão dos eventos, os Senhores hoteleiros que defendem uma programação forte para a captação de turistas, são os mesmos que depois em determinados casos vêm criticar que a Câmara gasta o dinheiro nesses eventos. Nós temos uma responsabilidade e temos de a assumir e vamos assumir enquanto estivermos cá, quando os Senhores voltarem cá, então tratam das coisas como deve ser, como nós temos estado a fazer. Essa é a nossa responsabilidade. E por mais sensibilidades, e por mais esclarecimentos, obviamente que há algumas que nós podemos ter em conta e podemos corrigir, mas uma coisa é certa, a prioridade deste município é sustentar o Município em termos financeiros, criando condições, fazendo obra para os quatrocentos mil mas, praticando o que deve ser feito em relação aos residentes, e há 7/8 anos os residentes de Albufeira não tinham equipamentos nenhuns para eles, só tinham para os turistas, e portanto, a diferença está aí. O que nós estamos a fazer é exactamente isto. Manter claramente porque temos de manter, conter aquilo que é de conter e, sobre essa preocupação, graças a Deus, nós todos os dias falamos nisso e assumimos isso." -----

Francisco Calhau (PSD) - "Esta discussão acaba por ser interessante, porque o PS há pouco defendeu que se aumentasse a taxa do IRS, para defender que se baixasse a taxa do IMI. Em termos políticos podemos dizer que, quem vai pagar a factura é quem trabalha. E quem tem propriedade e paga a taxa dos imóveis vê baixar o seu contributo. Defender que se baixe o imposto ao proprietário, parece-me ser um pouco contraditório com a ideologia socialista." -----

Vitor Vieira (PSD) - "Ia no sentido do que o Eng. Calhau acabou de dizer. Como sempre o PS propagandeia à esquerda e tenta sempre governar à direita. Aos proprietários estão a tentar baixar os impostos e aos trabalhadores, que trabalham por contra doutrem têm que pagar os impostos. É um bocado caricato." -----

Carlos Lima (PS) - "Parece que a minha intervenção fez desviar as intervenções para outro sentido. Ninguém me ouviu dizer que eu ia apresentar uma proposta para



aumentar, para não haver isenção no IRS. Parece-me que, a falta de argumentos para defender a proposta que estamos a discutir, faz utilizar outros argumentos. Digo já que a minha intervenção não foi feita com esta intenção, agora parece-me que alguém estava à espera que alguém deste lado escorregasse para realmente começar a falar daquilo que ninguém estava a falar. É bom que se perceba o que eu disse, que foi: é necessário cobrar impostos, estão mais que garantidos com esse aumento do IMI, estariam na mesma se fosse aprovada a nossa proposta. E essa de governar à esquerda e pensar à direita, eu estou à vontade, porque vocês fazem precisamente ao contrário, vocês são a favor e incentivam segunda habitação, e agora parece-me que estão a esquecer-se que incentivam a segunda habitação, porque tem sido dito aqui que as pessoas que tem casa nem sequer moram cá portanto nós não lhes devemos passar cartão nenhum. Cuidado, parem com isso, porque as pessoas que investem no nosso Concelho devem ter o mesmo tratamento que as pessoas que vivem cá. Isso era um à parte para a intervenção do Dr. Paulo Freitas. O que eu disse e serviu um bocado de provocação, porque quem me conhece sabe que eu sempre defendi quem vive dos seus rendimento e eu sei que isso é em sede de IRS, também gostava que me dissessem se têm conhecimento da receita que a Câmara deixa de arrecadar por não cobrar aquilo que podia cobrar. Se calhar é muito pouco, muito menos do que aquilo que é esta diferença que nós estamos a falar do IMI, entre a proposta da Câmara e a proposta que nós temos. Quase que digo isto sem fazer contas. Porque estamos a falar de 10 ou 15% da população, estamos a falar dos rendimentos maiores e se estão preocupados que eu pense à esquerda e depois decida à direita, eu não tenho problemas nenhuns em me preocupar com as pessoas que vivem nas casas da Câmara na Quinta da Palmeira. Vão perguntar quanto é que eles pagam de IMI e, se calhar, vão começar a perceber que nem só os proprietários são os ricos, se calhar há pessoas a viver do rendimento do trabalho, com muito melhor vida do que essas pessoas que são proprietários. Não sei se vocês têm conhecimento do IMI que é pago por essas pessoas que estão em casas de habitação social. Podem perguntar ao Sr. Presidente que ele é capaz de saber, que esse problema já foi diversas vezes levantado e parece que é difícil resolver isso. Estão a pagar, e não é pouco. De certeza que, não são os 5% que lhes tiram do IRS porque é zero para essas pessoas, ou é muito pouco, vai compensar. Isso de dizer que se é de direita e que se é de esquerda eu já não alinho nesse tipo de discurso. Eu sei que, normalmente, é a esquerda que utiliza esse tipo de discurso, mas eu não alinho nem para um lado, nem para o outro. Temos é que ver no concreto as situações. Como diz o Dr. Paulo Freitas, que a Câmara não aumenta a taxa, pois não aumenta, toda a gente sabe que não aumenta, mas vai receber receitas muito maiores. Não podemos é brincar com os números. Mais uma vez, estou à vontade para dizer, sei porque já cá estive, que a Câmara precisa de dinheiro para fazer as coisas, e precisa e, se calhar cada vez mais do IMI para poder ter a função que eu também defendo que também deva ter. Temos que ver as coisas caso a caso e ver qual é a melhor maneira de compatibilizar essas coisas tendo em conta a crise que de momento se atravessa. Se querem continuar com



este tipo de discurso, com certeza que não se estão a referir a mim, ou se estão, estão enganados." -----

Paulo Freitas (PSD) - "Não consigo deixar de esclarecer, por causa das minhas funções profissionais, o seguinte: a habitação social, no âmbito do Código do IMI, tem um coeficiente de bonificação, tanto que, ainda que tenha um valor patrimonial elevado, depois há um valor de correcção do imposto final a pagar. Não podemos deixar aqui de esclarecer que são duas coisas diferentes, a avaliação patrimonial e depois o imposto que efectivamente se paga. Porque a questão fundamental, e já da última vez foi levantada, a questão do Bairro dos Pescadores, a questão da Comissão de Moradores, a questão da Associação de Moradores, e chegamos à conclusão que era uma falsa questão. Uma falsa questão porque a habitação social é protegida para efeitos de Código de IMI. É de salutar a discussão política, quando se tem opiniões divergentes e contrárias, devem ser explanadas sem o ataque pessoal e que hoje faz-nos essa honra esta Assembleia e esta discussão com alguns eivos de humor faz-nos bem. Rir faz bem à saúde. Voltando à questão que este ponto nos importa, já devidamente focado, sabemos que a habitação social tem uma bonificação legalmente configurada e essa bonificação pode ser superior ou ainda podemos ter ainda outro género de protecção, não nos podemos esquecer é que a Câmara Municipal ao fixar taxas fixa no conceito global e os critérios com o qual se pode aferir são unicamente a taxa, tudo o de mais decorre da legislação. O executivo é obrigado por imperativos do estado de direito democrático, a cumprir a Lei e tem de a fazer cumprir. As críticas que hoje foram feitas ao executivo pela fixação destas taxas faz-nos pensar, efectivamente, que os interesses do município serão superiores às ideologias políticas. Gostávamos de ver essas preocupações exteriorizadas do ponto de vista global, em termos de governo central, para que depois aqui pudéssemos ter a aprovação de uma moção de censura nesse sentido ao governo nesse sentido e, certamente, estaríamos disponíveis para votar favoravelmente para que o governo reveja a legislação do IMI, faça baixar as taxas e faça baixar os coeficientes de localização e todos os critérios que prejudicam a quem, efectivamente, quer comprar uma casa. Mas uma coisa é certa, este executivo não o vai fazer à custa dos residentes, dos sujeitos passivos deste concelho. Por muito que queiramos carregar esses ónus para cima do executivo, a bancada do PSD nesta Assembleia, não o irá permitir. Que venha uma proposta nesse sentido e nós recusamo-la. Porque o que está aqui em causa e há dois mandatos que é preocupação da parte do executivo é proteger os residentes de Albufeira, os munícipes de Albufeira, não a troco de qualquer outro interesse que não esse. Sem olhar os interesses políticos que aqui estão em causa, há o reconhecimento dessa política, há o reconhecimento de que quem vem investir em Albufeira vem porque Albufeira é valorizada em termos culturais, é valorizada em termos sociais, é valorizada em termos das festividades, o que é isso que as pessoas procuram, é essa promoção que se faz com todo o investimento que a Câmara Municipal, que o executivo tem vindo a fazer ao longo destes anos. Daqui a quatro anos veremos se a política do Executivo, esteve errada ou não, porque será nessa altura que será verificado pelos munícipes de Albufeira, mas



uma coisa é certa, não podemos ter uma atitude meramente de censura política só porque essa responsabilidade nos é meramente passageira, mas este executivo e esta Assembleia, da parte do PSD, tem assumido esse compromisso com os munícipes de Albufeira, têm assumido esse compromisso com as pessoas que habitam no concelho de Albufeira, e que têm um concelho de qualidade e responsável. Obrigado Sr. Presidente." -----

Luís Reis (PS) - "Não estou a ver onde é que este Concelho seja um Concelho de qualidade, porque a maior parte dos habitantes que cá estão resumem-se ao seu trabalho e a casa. As qualidades não dependem só das estradas, aliás, nem há árvores, sequer. A cultura que é desenvolvida aqui, é basicamente uma cultura elitista e quando não é elitista é uma cultura ardina porque a maior parte dos festejos que se fazem durante o Verão, além de, talvez 50% não ter o mínimo de qualidade, nem nos representam a nós ao nível de tradição. Não me revejo em muitos dos espectáculos que são lá feitos. Acho que talvez estão muito presos, poderíamos ir buscar outras representações e outros grupos, que manifestamente representavam muito mais o sentimento português do que muitas coisas que são apresentadas lá em baixo. Também queria frisar que, não vejo onde é que todos nós que aqui estamos possam apontar uma dúzia de factores que têm uma óptima qualidade de vida aqui nesta terra. Aliás, a maior parte das pessoas, que vivem nesta terra, afirmam que não têm, estão cá por obrigação ou por tradição, por família ou por trabalho, caso contrário não estariam cá. Não são os espectáculos, os acontecimentos culturais que beneficiam as pessoas de cá e que lhes dão uma cultura mais aproximada daquela cultura que o Centro e o Norte do país tem. Nós estamos muito longe do Norte, muito longe do Centro, ao nível de cultura. Mas muito, é um favor. Foi afirmado aqui que vivemos num regime democrático, se assim se poderá dizer, não sei é se se está a falar do regime democrático em Albufeira ou se se está a falar do regime democrático em geral. Queria também dizer que, esta coisa dos acontecimentos culturais que são incentivados e postos na prática em Albufeira, têm um minúcio, que obrigou a que haja acontecimentos constantemente para conseguir atrair pessoas a Albufeira. Isto parece uma pescadinha de rabo na boca. Nós tradicionalmente, pelo menos nos anos que eu me lembro, quando começou o turismo cá, nós não precisávamos de ter cá Pandas nos Jardins, nem acontecimentos desses. O próprio turismo vinha cá pela qualidade que tínhamos." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Sr. Luís, peço desculpa de estar a interromper, não gosto de fazer isso. É apenas para dizer, que se centrasse no ponto em discussão. Isto é para todos."-----

Luís Reis (PS) -" Isto só porque, os investimentos em infra-estruturas que são cá feitos, são muito para dar azo a que haja muito mais população cá. Quando foi referido, os investimentos que foram feitos na cultura de modo a atrair pessoas para cá, esquece-se que isso é realmente a última possibilidade que há de os trazer para cá. Porque enquanto nós tivermos esse tipo de espectáculos as pessoas não vêm para cá. Isso tem uma cláusula, que eu gostava de deixar presente em todos nós e que acho que



todos nós sabemos que essa cláusula tem de ser colmatada pelo Executivo, tem de ser pensada como tal. Tenho dito." -----

Adriano Ferrão (PSD) - " Eu vejo que Albufeira e isto comparativamente ao Algarve, é o destino turístico mais procurado. Existe uma lei, uma economia, entre a oferta e a procura e ela é dominante. Por isso, se Albufeira atrai a maior parte dos turistas, por alguma coisa é. Ainda no ano passado este Concelho, com muita honra, foi considerado aquele que dava a melhor qualidade aos seus habitantes. Existiam uma série de critérios os quais foram debatidos. Sendo considerado, nacionalmente, o Concelho com melhor qualidade, sendo procurado pela a maior parte dos turistas que visitam esta zona do país, eu penso que isso é determinante, embora eu respeite o juízo de valor interino. Este Concelho consegue isso com o quê? Consegue isso precisamente porque com um orçamento, que é sempre limitado, não é um orçamento extravagante, consegue fazer obras e engenharia económica necessária, para levar que o desenvolvimento deste concelho, nestes últimos anos, tenha sido harmonioso. E essa harmonia vai-se reflectindo, ainda estas eleições que passaram mostraram que a população reconhece que o Executivo Camarário fez um bom trabalho e premiou-o com o voto. Mais do que isto sublinhado, mais há. A apresentação desta proposta, são taxas que se mantêm, não são taxas que se elevam, e por isso não é penalizar mais ainda, embora eu também considere a bondade da proposta do PS, mas não vão, com certeza penalizar ainda mais aqueles que cá vivem. É com as obras feitas, que são os tais sinais evidentes de trabalho e esforço do Município, não é preciso mais sinais à população, sinais com 0,05, para a população ver a preocupação que este Executivo tem para com a população. Esses sinais são evidentes sim, com a obra que este Executivo Camarário faz junto da população em prol dessas. Esses é que são os sinais verdadeiros, esses é que são os sinais reais e os quais se sentem, e não os 0,05, que nem se consegue contabilizar. Ouvi qualquer coisa sobre, rever as obras, diminuir os preços delas, não gastar tanto. É uma boa recomendação para o Sr. Primeiro-Ministro, porque com o seu TGV e o seu mega-aeroporto, aí sim, vamos gastar mais e vamos comprometer todos os contribuintes deste país." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Já vamos com a discussão deste ponto devidamente alargada. Eu tenho dado liberdade aos Srs. Membros da Assembleia Municipal mas, agradeço que, de alguma forma, saibam gerir um pouco melhor o vosso tempo, para não ter de ser eu a geri-lo. Mais intervenções?" -----

Carlos Lima (PS) - "Eu iria ter uma intervenção para constatar que o Sr. Presidente acha que se está em situações laterais, se bem que eu seja adepto de um bom debate. Acho que, já na última intervenção tentei dizer isso, se está a falar de outras coisas. E mais, está-se a dizer que, o PS apresentou uma proposta que parece uma proposta escandalosa, que ia fazer paralisar a Câmara por falta de receitas, quando não é nada disso. A proposta do PS vai só neste sentido: dar um sinal que a Câmara está atenta, também, a esta situação e por haver crise também reduz alguma coisa. Porque está mais que garantido, com a proposta do PS, que a receita aumente para continuar a Câmara a ter possibilidades de fazer aquilo tudo que se tem dito aqui. Estou



convencido que, mesmo que o PS tivesse proposto que se reduzissem 0,01 os argumentos eram os mesmos. Acho que estamos a desmistificar as coisas e achar que o PS está com esta proposta a tentar inviabilizar seja o que for. Estamos, única e simplesmente, a dar mais um sinal de que a Câmara está atenta à crise que existe neste momento. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. colocou as duas propostas a votação, em alternativa. -----

**VOTAÇÃO:** -----

PROPOSTA C.M.A. - dezassete (17) votos favoráveis -----

PROPOSTA PS - cinco (5) votos favoráveis -----

O Membro Maria do Rosário Charrua não votou. -----

**É aprovada a proposta da C.M.A. por maioria.** -----

## PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2010, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. colocou a proposta à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

## PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativo ao ano de 2010; -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia. -----

Carlos Lima (PS) - "Na outra intervenção não insisti mas, eu gostava de saber, se alguém me souber dizer, em que verba é que estamos a falar. Se há um levantamento.



Se, se faz uma ideia do dinheiro que a Câmara deixa de cobrar por isentar na totalidade os trabalhadores destes 5% dos seus salários. E também posso adiantar já que não vou apresentar proposta nenhuma! "-----

Paulo Freitas (PSD) - "Há uma resposta, que eu não sei dar, que é, quanto é que a Câmara perde ou deixa de receber. Mas sei, certamente, quanto é que os trabalhadores deste concelho, que pagam os seus impostos aqui, não vão pagar ao município e ao Estado! Estamos a falar de IRS, não estamos a falar de IRC, porque o município cobra 0% sobre os seus rendimentos. Essa é que é a questão fundamental. Saber quanto é que a Câmara deixa de receber, é uma conversa que nos levaria a em contra ciclo à discussão ao ponto das taxas do IMI, mas saber quanto os residentes trabalhadores deste concelho deixam de pagar em sede de IRS. Essa é a questão fundamental. Esta é a preocupação social que este executivo tem, de não taxar aqueles que à custa do seu trabalho residem neste concelho, trabalham neste concelho e pagam cá os seus impostos. Esses sim. E não são taxados e não são agravados directamente os seus rendimentos. E esta é a política deste executivo. Proteger as pessoas que aqui residem, que aqui trabalham, que vêem o lucro do seu esforço mensal e anual não ser taxado com uma visão protectora em relação ao património. Taxar o património, não taxar as pessoas. Daí esta taxa zero e não se propondo taxa alternativa, só poderão votar contra a taxa zero." -----

Carlos Lima (PS) - "Foi dito, pelo Dr. Paulo Freitas, que não sabe quanto é que a Câmara deixa de arrecadar, mas sabe quanto é que as pessoas poupam. Acho que é a mesma coisa. Se ele soubesse esse número, agradecia que me dissesse. Eu não quero misturar os pontos, mas posso dar um exemplo concreto. Um habitante da Quinta da Palmeira, numa casa que a Câmara construiu a preços controlados, que as pessoas foram para lá e adquiriram a casa, pois eu vos garanto que eles pagam quatro vezes mais do que aquilo que lhes é deduzido no IRS, no fim do ano. De certeza que, todos nós aqui sabemos quanto é que nos foi descontado no fim do ano, neste último IRS. Todos temos a consciência daquilo que nos foi descontado. Alguns, foi-lhes descontado setenta euros no ano, e no IMI estamos a falar de quatrocentos/quinhentos euros por ano. A minha preocupação é essa. Se estamos preocupados com os residentes, porque o IMI não é só para quem tem uma segunda habitação, também é para quem vive cá, para quem trabalha cá, para quem reside cá, para quem faz a vida cá. Parece que as pessoas estão a querer esquecer que há diversos tipos de proprietários, o português, como toda a gente sabe, foi proprietário à força, não havia política de arrendamento, as pessoas viram-se obrigadas a comprar uma casa. No fundo, o que estão a pagar, além dos empréstimos, são uma série de coisas que, felizmente, actualmente estão um bocado suavizados, mas demorará pouco tempo, também têm esse encargo, que é o encargo do IMI. As pessoas não vêm aquilo como propriedade, é mais uma coisa que tenho de pagar ao fim do ano e o que lhes descontam no IRS, se calhar são quarenta, cinquenta euros no fim do ano. Portanto, estamos a falar destes números. Os aumentos são para todos, mas uns são aumentados dois euros, outros são duzentos, com os mesmos 2% de aumento. Podemos utilizar essas percentagens para uma coisa, mas depois não



queremos ver em que é que eles se reflectem na prática. Eu não digo de maneira nenhuma, acho que ficou bem explícito, não sou a favor que se cobre esse dinheiro. Agora, se há necessidade de dinheiro, vamos buscá-lo onde ele está e vamos tentar ser o mais justo possível. Vamos tentar não ir buscar aos mais desfavorecidos. Se eu tenho uma casa e vejo-me aflito para a pagar, claro que eu tenho muitos mais problemas a pagar o IMI do que uma pessoa que recebe cinco ou seis mil euros de ordenado e que depois desconta seiscentos ou setecentos euros de IRS. É verdade ou não é? Acho eu mas, eu para mim, os números são os números e dois são dois. Não vamos mistificar essas coisas com percentagens, nem que não houve aumentos, nem diminuições. Temos de saber é o reflexo dessas contas. É só para trazer à discussão, se é que vai haver discussão, que há situações em que os proprietários não estão melhores que os trabalhadores. Vamos deixar de ter essa ilusão. Parece uma ideia de esquerda que agora a direita está a fazer uso dela. Tenho dito." -----

Paulo Freitas (PSD) - "Pareceu-me ter havido aqui algum equívoco a dizer que no ano passado tinha sido cobrado em sede de IRS qualquer coisa como cinquenta, setenta euros. O município de Albufeira em relação ao ano anterior fixou 0% de IRS. Não aumentou, nem está a reduzir agora em relação ao ano anterior, está a manter as taxas a 0%. Nunca o município de Albufeira cobrou ou deliberou aprovar alguma taxa em sede de IRS superior a 0%, coisa que hoje vai acontecer. Ainda que queiramos aqui alguma justificação em sede de IRS sabendo que é um trabalhador e paga mais em sede de IMI ou se paga mais em sede de IRS, não querendo entrar nessas discussão, apraz-me saber que o município propõe os 0% em sede de IRS, em vez de baixar as taxas em sede de IMI. Mais que não seja, porque se há proprietários que são trabalhadores, também há trabalhadores que não são proprietários. E o que aqui foi dito por parte da bancada do PSD, foi que o executivo viu estas taxas numa perspectiva global. Aqui já ficou demonstrado, o Sr. Presidente teve o cuidado de demonstrar e justificar o porquê das taxas que hoje aqui nos são trazidas e por aquilo que já ouvimos até agora parece que caiu mais dificuldade em justificar os 0% em sede de IRS do que a taxa que foi aprovada em sede de IMI. Essas críticas são bem vindas, aceitamo-las com agrado, ter a Câmara a ser criticada por aprovar 0% em sede de IRS. Mas, reitero, se não apresenta qualquer proposta, pode votar contra. E aí tem uma coerência de discurso em relação aos 0%. Se manifesta que se devia cobrar alguma taxa, depois vier a aprovar os 0% há, aqui sim, alguma demagogia em sede de discurso e depois em sede de actuação do exercício do direito que lhe é aqui conferido, o da votação. O IRS a 0% é uma taxa justa que, nós PSD, congratulamo-nos com ela, com a coragem de apresentar esta taxa a 0% e certamente sairá daqui aprovada por unanimidade fazendo quaisquer deambulações de ordem argumentativa, inúteis relativamente a esta questão." -----

O Presidente da Assembleia saiu da sala e a Primeiro-Secretário tomou o seu lugar. ---  
Francisco Oliveira (PS) - "Eu não queria intervir mas, sou forçado por causa da última intervenção. O deputado Paulo Freitas acabou por dizer que está perfeitamente ciente que este ponto vai ser votado por unanimidade. Portanto, só não entendo porquê todo



este discurso, para chegar ao fim e perceber que, de facto, este ponto vai ser aprovado por unanimidade. Porquê este discurso sabendo que a nossa perspectiva não é aumentar impostos ou taxar os munícipes, muito pelo contrário e, portanto, estarmos aqui a perder o nosso precioso tempo com este discurso, para chegar ao fim e dizer "tenho a plena consciência que vamos aprovar isto por unanimidade". Ainda bem." -----

Paulo Freitas (PSD) - "Só uma pequena resposta. A discussão política não é perda de tempo, é salutar." -----

Presidente da C.M. (PSD) - "Peço desculpa mas, Lima, já disseste quatro ou cinco vezes a mesma coisa. No contexto do antes, no contexto do depois, mas já foi dito uma série de vezes. Que é a questão de misturar as casas com o IRS e depois é a questão da habitação social. Quero te dizer que, quando foi discutido há três/quatro anos a questão da habitação social da Quinta da Palmeira e a questão do IMI, eu próprio falei com o Chefe das Finanças de Albufeira. Tudo aquilo tem um pressuposto que é a base de quando foram feitas as declarações daquelas casas às Finanças. Todo o processo está no contexto do IMI daquela hora da declaração. O que está a ser feito lá é o que a Lei permite que se faça. Porque todo o procedimento que deve haver em relação aquela habitação, é o procedimento que se tem tido. Na altura o Sr. Pimenta até veio aqui, trouxe alguns elementos dos moradores. Aqui a Câmara, em relação a essa taxa, não podia isentar ou diminuir em relação à Quinta da Palmeira. Todo o processo de habitação social, para ter um coeficiente diferente, é tudo em função do suporte do coeficiente da própria zona e da forma como ela está inscrita nas Finanças." -----

O Presidente da Assembleia entrou na sala e retomou o seu lugar. -----

Carlos Lima (PS) - "O Sr. Presidente está a explicar e bem, está a ir ao encontro daquilo que eu já disse quatro vezes. E valeu a pena dizer quatro vezes, porque assim esta Assembleia teve essa explicação. Na prática, habitação social, é taxada de uma maneira parva, eu não digo que a culpa seja da Câmara. Não é, eu sei que não é. Por isso dá-me razão quando eu digo que, aqueles que é suposto as pessoas estarem preocupadas em sede de IRS, estão a pagar quatro/cinco vezes mais em sede de IMI. Eu não estou a dizer que é a Câmara, estou a dizer que isso acontece. Foi só para trazer a esta Assembleia que, não é por ser proprietário que não precisamos de ajuda. É essa a situação. É uma situação real daquele que é proprietário, que está a pagar muito mais do que aquilo que está a beneficiar, enquanto morador. Foi só isso que eu quis dizer, não estou a dizer que a Câmara tem culpa. São situações reais e que estão a acontecer. Pensei que a intervenção do Sr. Presidente ia no sentido de dizer se sabe mais ou menos quanto é que a Câmara deixou de arrecadar." -----

Presidente da C.M. (PSD) - "Nunca se consegue quantificar esses valores. Depende dos ordenados, depende do nível de emprego." -----

Carlos Lima (PS) - "Lá está! Não sejamos demagógicos a defender com unhas e dentes, de que estamos a contribuir para o bem-estar das famílias, quando não sabemos o que estamos a defender. Não sabemos de quanto é que estamos a falar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. colocou a proposta à votação. -----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

### PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. -----

Presidente da A.M. (PSD) - Apresentou o ponto e passou a palavra aos membros da Assembleia. -----

Carlos Lima (PS) - "Começando por dizer que estou, no fundamental, de acordo com este novo regulamento, queria, no entanto levantar aqui algumas questões, umas por não saber bem o que quer dizer, outras, por me parecer que, precisam de uma explicação. Gostava de saber quais são os valores actuais que estão a ser pagos por cada um. Porque, eu não tenho bem a certeza, parece-me que a partir de agora, com este regulamento, passa a ser 60% do ordenado mínimo. Mais uma vez, a percentagem para mim não interessa. Interessa saber, neste momento vão passar a receber duzentos e setenta e cinco euros? Gostava de saber, quanto é que actualmente recebem? Tinha a ideia que era mais e era só para ter uma proporção do valor da bolsa. A segunda questão, que me parece que, não sei se interpretei bem ou não, concordo plenamente mas, levanta-me aqui alguma perplexidade. E se for aquilo que aqui está, o que eu percebi, ainda bem que é. Aqui sou capaz de dar razão ao Sr. Presidente, em que vai investir muito na Acção Social. No art.2º, no ponto um, diz que a Câmara em cada ano lectivo concede quarenta e cinco bolsas. No ponto dois diz, para além destas quarenta e cinco, garante a continuidade das bolsas. Interpreto isto da seguinte forma: este ano vamos ter quarenta e cinco alunos com bolsas, para o próximo ano poderemos ter noventa, no ano seguinte cento e trinta e cinco e por aí adiante. Aqueles que no próprio ano concorrem e mais aqueles que pedem a renovação. Se for assim, acho bem mas, parece-me muita "fruta". É o que está aqui escrito. Depois, gostava de saber qual foi a necessidade de aumentar de trinta para quarenta e cinco, a procura aumentou? Se aumentou é porque temos mais alunos no nosso Concelho já na Universidade e ainda bem. Em relação aos critérios e aos factores favoráveis e desfavoráveis. Eu li isto, umas dez vezes, e eu percebo a intenção, mas não queria fazer parte do júri que vai analisar. Primeiro, porque os critérios me parecem muito subjectivos. Tenho aqui dois ou três, que gostava que um elemento pertencente ao



hipotético júri me dissesse como é que vão classificar isto. Por exemplo nos critérios desfavoráveis: "*serem portadores de rendimento do agregado titulares de empresas; serem portadores de rendimentos do agregado proprietários de estabelecimentos de comercio e industria, ou exercerem profissões liberais; serem os rendimentos do agregado provenientes cumulativamente de várias origens; ser candidato proprietário ou utilizador normal de viatura pertencente ao agregado familiar*". Eu não percebo a filosofia. Penso que se está a tentar ter tantos critérios, tão pormenorizados que depois poderá ser difícil. Para mim, a maior incongruência é: "*haver no agregado familiar demonstrações exteriores de riqueza, sobretudo que denotem desarticulação com os valores declarados*", é penalizado em cinco pontos. Para mim ele era afastado. Nos critérios favoráveis, já os percebo mais. Ter aproveitamento em todas as disciplinas. Aliás, eu percebo-os, o júri é que terá muita dificuldade a analisar tudo isto. Tenta-se ser objectivo e acaba-se por se cair na subjectividade. Também fala aqui da natureza das bolsas. Eu suponho que, no regulamento anterior se previa que seria o ensino público, particular, cooperativo e concordatário, que é o que tem a ver com a igreja. Eu na altura fui alertado para pôr esse, e agora não o vejo aqui. É só uma observação. Não sei se já tinha sido retirado." - Paulo Freitas (PSD) - "Quais foram as entidades a que foi remetido este officio, uma vez que só duas se renunciaram por escrito, que foi a Junta de Freguesia de Paderne e a Guarda Nacional Republicana." -----  
Francisco Calhau (PSD) - "Era útil pedir algum esclarecimento à Sra. Vereadora Marlene. No entanto, vamos apresentar uma proposta com pequenas alterações. Não altera o espírito, é apenas para clarificar a redacção de alguns pontos." (doc.7) -----



## PROPOSTA

Na sequência da análise do presente Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, pela bancada do PSD, constatou-se a necessidade de proceder a algumas alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por forma a melhorar a aplicabilidade do mesmo.

Nestes termos,

Proponho para aprovação da Assembleia Municipal de Albufeira as seguintes alterações:

1. Ao n.º 1 do artigo 2º deverá acrescentar-se «de licenciatura», na segunda linha a seguir a « (...) que frequentem cursos superiores (...)»;
2. A alínea d) do artigo 8º passará a ter a seguinte redacção: «Não possuam outra licenciatura»;
3. À alínea p) do artigo 9º deverá acrescentar-se na primeira linha «habitação própria permanente devidamente comprovada, com contrato validado pela repartição de Finanças» entre os termos «da renda» e «do mês imediatamente (...)»;
4. No ponto 1. do artigo 13º, referente aos cálculos na formula aplicável será substituído o item *I impostos e contribuições* por *D - Descontos Judiciais*;

*[Handwritten signature]*



5. Na alínea b) do ponto 1. do artigo 14º, onde se lê «Encargos com impostos pagos;», deve-se ler « Encargos com descontos judiciais;»;
6. A alínea a) do número 2 do artigo 20º deverá a fazer referência para além do artigo 8º ao artigo 13º.
7. No ponto 2. do artigo 21º, onde se lê «...no estabelecimento do Ensino Secundário.» dever-se-á ler «... nos estabelecimentos do Ensino Secundário.»;

Assembleia Municipal de Albufeira

Albufeira, 25 de Novembro de 2009,



O Presidente da Assembleia a pedido do Presidente da Câmara, chamou para a Mesa a Sra. Vereadora Marlene para prestar alguns esclarecimentos. -----

Vereadora Marlene (PSD) - "Boa noite a todos. Relativamente à primeira questão que o Sr. Carlos Lima focou, nós normalmente tínhamos trinta bolsas sobre e cada bolsa tem um valor, se não me falha a memória, de 192.70 ou 197.20. Neste momento, passando a ser 60% do salário mínimo nacional, passamos para o valor de 270 euros, portanto, é um aumento significativo. Relativamente ao ponto dois, parece que temos uma contradição, não é, é o seguinte: a partir do momento em que o regulamento entrar em vigor vai-se atribuir 45 bolsas. Nos anos seguintes, diz o ponto dois, manter-se-ão as 45 bolsas e no ano a seguir, poderá novamente atribuir-se mais 45. O limite máximo, são sempre 45 por ano, mas podem-se manter as que já se tinham. Porquê? A filosofia é muito simples. Aumentou a percentagem de jovens a estudar e as famílias estão num nível de carência muito maior, portanto a necessidade de procura foi maior. Nós, no último ano que atribuímos bolsas, sentimos uma dificuldade muito grande em colocar todas as pessoas nas trinta bolsas existentes. Ficaram pessoas de fora e, lamentavelmente, pessoas que necessitavam muito de apoio. Então, não só se resolveu aumentar o valor das bolsas como o número de bolsas. Manter no ano seguinte e no outro, porquê? Isto porque uma licenciatura, actualmente, vai até três anos, nunca se irá ultrapassar os três anos de bolsa, se o estudante universitário tiver as tais condições para as quais foram aceites para o primeiro ano. Tem de ter condições económicas, candidatura, iguais nos outros anos a seguir. Um jovem a quem foi atribuída bolsa no primeiro ano, no segundo ano melhora as condições de vida do agregado familiar, ou não transitou de ano, fica excluído. Mas vamos imaginar que, temos todos jovens em Albufeira inteligentes e infelizmente jovens carenciados. Vamos ter, no primeiro ano, quarenta e cinco bolsas, no segundo ano noventa bolsas e no terceiro ano vamos ter cento e trinta e cinco bolsas. Isto porquê? Porque tem acontecido muitas vezes as famílias chegarem à Acção Social e pedirem apoio para iniciarem os estudos, esse apoio é garantido quando sabem que vão ter o apoio de bolsa, entram na universidade e esse ano está garantido, no ano a seguir não está. O estudante candidata-se e o que se vai verificar é que, apareceram outros candidatos com necessidades económicas a baixo, deste que estava com bolsa que este ano continua a nível económico baixo e que teria direito, porque apareceram outros inferiores, fica excluído. Tem acontecido situações em que as famílias não têm capacidade de suportar o segundo ano e o estudante acaba por desistir do curso universitário. O que é que a Câmara pretende com esta forma de apoio? Pretende que, nas famílias carenciadas haja maior estímulo, haja possibilidade dos jovens estudarem, tirarem o curso universitário e virem a ter melhores condições de vida do que os seus pais ou as que eles têm actualmente. Vou falar em valores. Da estatística feita, indo pela tabela máxima, todos são carentes e todos passam de ano e vamos aos limites máximos. No primeiro ano, atribuímos quarenta e cinco bolsas, fazendo os valores 70% fora do Algarve, 60% dentro do Algarve e os 40% da bolsa de investigação, a Câmara vai ter uma despesa de cento e nove mil e oitocentos euros. No segundo ano, a Câmara



atribui noventa bolsas e vai ter uma despesa de duzentos e dezanove mil e seiscentos euros. E no terceiro ano, garantindo as setenta e duas bolsas, vai ter trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos euros. O que é que acontece daqui para a frente? É que basicamente vai começar a ver muita actividade e se atribuir-mos sempre o máximo, vamos ter sempre cento e trinta e cinco bolsas. Mas, pode haver uns que chumbam. Esperando que a situação económica dos familiares melhore, este número irá baixar significativamente. Relativamente aos factores favoráveis e desfavoráveis, eu vou só falar brevemente, e se me for permitido, gostaria que a Dra. Anabela Cabrita, a Chefe da Divisão da Acção Social, que está mais dentro destas questões técnicas do regulamento, me pudesse dar uma ajuda. Quando nós falamos em factores favoráveis e desfavoráveis, garanto que é muito desfavorável tarifar estes critérios, ter de os entender, ter de os fazer, mas temos que ter termos de selecção. Relativamente ao primeiro: *"serem portadores de rendimento do agregado titulares de empresas"*, tem 4 pontos desfavoráveis. É óbvio, quem tem rendimento do agregado titulares de empresas, é porque, provavelmente tem negócios, tem bens directos. Podem ser carentes, mas não é aos carentes que nós pretendemos chegar. *"serem portadores de rendimentos do agregado, proprietários de estabelecimentos de comércio e indústria, ou agricultura, ou exercerem profissões liberais;"* Serão pessoas que, à partida, terão também alguma gestão financeira das suas próprias vidas, não muito difícil, com alguma dificuldade mas não tão difícil quanto as outras a quem se pretende chegar. *"serem os rendimentos do agregado provenientes cumulativamente de várias origens;"* É óbvio que, se tiverem apartamentos a alugar, se tiverem um bom emprego, se fizerem parte de uma sociedade de onde recebam rendimentos, pois, vários rendimentos vão aumentar o rendimento mensal familiar. -----

Carlos Lima (PS) - " Não estou a perceber qual é a intenção disso. Porque nós primeiro fazemos as contas para o rendimento e eu até posso ter dez rendimentos, mas se eles todos juntos dão menos do que o salário mínimo, não estou a perceber qual é a vantagem." -----

Vereadora Marlene (PSD) - " Não se esqueça que a base fundamental deste regulamento é sempre com base no salário mínimo nacional." -----

Carlos Lima (PS) - "O que é que interessa saber se eu ganho quatrocentos cinquenta euros num emprego, ou se em dez empregos ganho quatrocentos. Se em dez ganho menos do que num, vou ser penalizado por isso? Só se for para complicar e eu não esteja a ver o alcance disso." -----

Vereadora Marlene (PSD) - *"ser candidato proprietário ou utilizador normal de viatura pertencente ao agregado familiar"*. O objectivo aqui é ajudar, principalmente, quem anda de transporte público. É óbvio que se eu tenho carro e me desloco daqui para Faro e pago a gasolina diariamente, se calhar não sou assim tão necessitado quanto isso. Porque quando se tem necessidades, efectivamente, as pessoas têm de fazer limitações na vida. E se calhar irem de transporte público, sairá muito mais barato no final do mês do que irem de carro para Faro todos os dias. Não quer dizer que seja mais conveniente. Quanto a *"haver no agregado familiar demonstrações exteriores de*



*riqueza, sobretudo que denotem desarticulação com os valores declarados". A Dra. Anabela Carita vai dar uma explicação. -----*

Dra. Anabela Cabrita (Chefe Divisão Assuntos Sociais) - Os factores favoráveis e desfavoráveis, foi um dos pontos que transitaram do anterior regulamento com quase nenhuma alteração. Os serviços consideraram, em coordenação com o Executivo, que havendo situações que estavam bem, se devem manter e foi o caso. E estão bem porquê? Porque a prática destes anos todos permite-nos ver que estes factores favoráveis e desfavoráveis vêm ajudar a afinar a avaliação pois que este rendimento mensal per capita que nós calculamos, não é, ele por si, todos nós sabemos, denotativo da realidade concreta. E é muitas vezes difícil, não obstante de os serviços fazerem visitas domiciliárias, não obstante de procurar informações como, tipo de carros que as pessoas possuem, a profissão que possuem, nem sempre os rendimentos que são declarados reproduzem a realidade concreta. Todos nós sabemos. E, se calhar os factores desfavoráveis que são aqui apontados são muito associados a situações profissionais que habitualmente são muito difíceis de aferir do ponto de vista fiscal. Isto é, as declarações que são apresentadas muitas vezes não correspondem àquilo que é a realidade concreta, porque são pessoas com outra facilidade da forma de apresentar as suas contas. Em relação a este aspecto que a Vereadora estava a solicitar, que é o facto de haver no agregado demonstrações exteriores de riqueza. É evidente que nós podemos, pura e simplesmente, como dizia o Sr. Lima, retirá-lo. Se a pessoa tiver demonstrações de riqueza é excluído. As coisas não são tão lineares assim. Com que garantia é que nós podemos excluir alguém que, por exemplo, tem o carro de alguma cilindrada? Realmente é uma informação adicional, tendo sido considerada nesta análise mais fina, para dizer, não obstante os cálculos com base nestes dados que aqui estão que nos dá estes valores, há aqui este factor que tem de ser considerado desfavoravelmente. Mas por si, não basta para dizer "vamos excluir esta pessoa". Sabe-se lá, se não teve o carro porque lhe foi oferecido! Sabe-se lá se o adquiriu numa altura em que a vida lhe corria bem e agora está-lhe a correr mal. É muito difícil o júri, com base nestes alinhamentos que às vezes, felizmente, se conseguem detectar, dizer que isto basta para excluir a pessoa. Por isso é considerado como um aspecto desfavorável, mas não o suficiente para a excluir. "-----

Carlos Lima (PS) - "Na prática pode ser posto na mesma em questão pelo concorrente. Se é ponderado com dez pontos, pode fazer com que deixe de ter, e aí com que argumentos a Câmara vai dizer que pôs ali dez pontos ou cinco. Vai dar ao mesmo. Eu sei qual é a intenção disto. Nós sabemos que as pessoas têm "o gato escondido com o rabo de fora", mas a Câmara tem capacidade, através de visitas domiciliárias, através de uma série de coisas, de aferir se realmente precisa ou não. Como não se consegue doutra maneira faz-se desta maneira e afasta-se as pessoas utilizando estes argumentos. Argumentos favoráveis, eu aceito, que é para beneficiar aqueles que nós sabemos que não têm capitação, são portadores de deficiência, têm problemas em casa, agora desfavoráveis, a Câmara está com a mesma dificuldade em depois provar em caso de reclamação."-----



Presidente da C.M. (PSD) - "Assim nunca mais se sai disto! Este regulamento está agarrando o regulamento que já tem anos e que tem dado resposta. Não foi inventado agora para este regulamento. No regulamento anterior funcionou com estes conteúdos. Este regulamento teve em discussão pública. Há aqui questões importantes, primeiro, é pô-lo a funcionar para atribuírmos as bolsas de estudo, segundo, muitos destes pontos vêm de trás e foram sendo corrigidos. Se vamos começar a discutir artigo por artigo, neste contexto do subjectivo, vamos andar aqui enrolados. Eu até percebo que haja questões pontuais de correcção dos artigos e alíneas, mas neste nunca nos entenderemos." -----

Carlos Lima (PS) - "Eu tive o cuidado de não apresentar proposta nenhuma alternativa. Acho é que vai criar problema, mas se a prática diz que não! Eu estava convencido que não estava no regulamento anterior. Tenho umas propostas para apresentar, para sermos mais objectivos e avançarmos, que eu não quero de maneira nenhuma que fiquemos colados nisto porque eu concordo na essência. No Art.8º alínea b), ter residência em Albufeira há mais de um ano acho pouco, se bem que perceba. Somos capazes de ter alunos de outros concelhos a vir morar para aqui ou arranjar morada de uma tia ou de uma prima. Ter residência há mais de um ano, vai à Junta de Freguesia e rapidamente consegue. A minha proposta é que passe para três anos, salvaguardando situações especiais. No Art. 14º n.º1 alínea a), os encargos resultantes da habitação são considerados até 50% do limite dos rendimentos. Tem de haver um limite, não é 50%, porque se não quem tiver rendimentos de um milhão de contos, tem uma vivenda de quinhentos mil, e deduz isso tudo. Ser fixado um limite máximo, que é o que se faz nas Escolas Secundárias e em todo o lado. É o limite máximo que pode abater na habitação. Porque se não, podemos sem querer estar a permitir pessoas que estão com problemas de ordenado este anos, até estavam a ganhar bem, ficaram a ganhar mil euros, antes tinham capacidade de pagar uma renda de novecentos, agora têm mil, deduzem a renda toda. Eu percebo isso, mas normalmente nestas situações é sempre colocado o limite máximo da dedução na habitação. Para evitar sermos confrontados com pessoas em grandes vivendas e que vão ter direito. Se calhar vão ter de arranjar outra solução." -----

Vereadora Marlene (PSD) - "Qual é o valor que consideram correcto?" -----

Carlos Lima (PS) - "Se calhar trezentos e cinquenta euros, quatrocentos euros por mês numa renda já é uma pessoa que tem de ter bons rendimentos para conseguir pagar isso. Estamos a falar de pessoas com dificuldade." -----

Vereadora Marlene (PSD) - "Posso fazer uma sugestão. Se estamos a falar de casais com filhos que estudam, nunca pode ser um T1, tem de ser um T2, no mínimo. O valor de um T2 em média é quinhentos e cinquenta euros actualmente. Eu sugeria o valor de 550 euros mensais, multiplicando por doze dá seis mil e seiscentos euros. Colocávamos os 6600 euros como base." -----

Depois de mais alguma discussão dispersa, entre os membros da Assembleia e o executivo, sobre a questão, em discurso tumultuado, o membro Carlos Lima (PS) apresenta proposta de alteração (doc.8). -----



Proposta

Art. 8 b) Ser residente há mais de 3 anos

Art. 14 n.º 1 a) até ao limite de 50%

~~até~~ nunca podendo exceder o

6.600,00/ano, devendo este valor  
ser actualizado tendo em conta  
a inflação.

P. Ring



A sessão da Assembleia foi suspensa por cinco minutos. -----

A sessão retomou pelas 24:56 horas. -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Temos uma proposta do membro Francisco Calhau e outra do membro Carlos Lima. Há mais alguma coisa, em concreto, para ser aditado a estas duas propostas? Se não há mais nada, penso que estamos todos de acordo em votá-las. Avançamos com as propostas que temos, que são três, em conjunto, penso que é consensual, ou em separado, a Assembleia poderá decidir. Se alguém, ou da nossa bancada, ou o Carlos Lima, ou a Sra. Vereadora, ou a Sra. Dra. Anabela, entenderem que há alterações que são importantes, estamos todos aqui para fazermos essas alterações. Estarmos aqui mais tempo, inconclusivamente, acho que não vale muito a pena. O que temos já em concreto, são três propostas, Câmara com dois pedidos de alteração, que me parecem consensuais e dentro do bom senso. Fundamentalmente nestas questões, das concessões de bolsas, embora se deva balizar o mais possível e concordo com isso, mas também vai ter de ser uma apreciação casuística; são situações de excepção. E as situações de excepção têm sempre de ser vistas casuisticamente. Portanto, o bom senso dos técnicos, de quem vai decidir, também vai ser essencial. Por muito que se escreva, esse bom senso, para mim, vai ser sempre a maior garantia. Até acho que isto está balizado demais. Deveria haver um pouco mais de liberdade discricionária no sentido de, com bom senso e justificadamente, aquilatar quem tem de facto a necessidade da bolsa. Todos nós temos a consciência e o desejo, penso que ninguém dirá o contrário, que será uma injustiça um miúdo com idade para poder estudar, por razões económicas não o poder fazer. Acho que é uma base de entendimento comum a todos. Evidentemente tem de ser balizado, o mais possível, porque os recursos não são ilimitados, eu percebo isso. E também com algum mecanismo de defesa, quem também está a decidir, fazê-lo com a maior transparência possível. Eu penso que é de avançar para as votações para passarmos ao ponto seguinte, excepto se houver mais alguma proposta, em concreto."-----

Carlos Lima (PS) - "As votações iriam ser feitas como?" -----

Presidente da A.M. (PSD) - " Eu iria propor votar em conjunto a proposta da Câmara com a alteração proposta pelo Eng. Calhau e com a alteração proposta pelo Carlos Lima." -----

-Carlos Lima (PS) - "É porque há alterações dessa proposta que eu concordo e outras que não concordo." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Então vai-se votar em separado cada proposta. Tudo bem."

Carlos Lima (PS) - "Votaríamos ponto a ponto de cada proposta. Porque se não, tivemos a perder tempo para melhorar a proposta de Câmara, não sei para quê. A vossa proposta tem alterações que são consensuais e um acho que uma não faz sentido, porque é que vocês me querem obrigar a votar contra cinco se eu concordo com quatro. Mas se é isso que querem..." -----

Paulo Freitas (PSD) - "Choca-me aquilo que acabei de ouvir, parece-me que estamos a censurar o que quer que seja. Estamos no mero direito de apresentar qualquer tipo de proposta que queiramos. O proponente da proposta é o Sr. Eng. Calhau e a proposta é



una, ou se vota contra ou se vota a favor. Se quiserem fazer outro tipo de proposta, não se critica a proposta apresentada, vote-se contra ela ou apresenta alternativas. O que está em causa é uma proposta, na liberdade de a apresentar tal como cada um tem a liberdade de a votar. Não havendo consenso, apresente uma. Não iremos decompor a proposta, só porque seria uma proposta alargada." -----

Carlos Lima (PS) - "Então, quero apresentar uma proposta à mesa, que seja votado ponto a ponto." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Os proponentes não admitem. Para mim o proponente é soberano. O proponente já disse que é uma, não vale a pena." -----

Carlos Lima (PS) - "Nem pode ser colocado a votação?" -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Pode, mas não acho muito correcto que se altere propostas dos proponentes. Se o proponente disser que sim, eu concordo, mas diz que não, que é uma. Os proponentes têm liberdade. Parece-me que é de bom senso. Eu iria seguir uma metodologia que penso que não é ofensiva para ninguém, nem proponentes, nem membros desta Assembleia que é, primeiro a votação da proposta da Câmara, a seguir a proposta apresentada pelo Sr. Eng. Calhau e a seguir a proposta apresentada pelo Sr. Carlos Lima. Quer votar a sua em separado, artigo a artigo? O proponente aqui diz que é uma. Eu gosto de respeitar a vontade dos proponentes." -----

Vitor Clemente (PS) - "O que está em causa é a melhoria do regulamento, mais nada. Não é uma situação político-partidária." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros o Presidente da A.M. colocou as propostas à votação. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A.** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA MEMBRO FRANCISCO CALHAU (PSD)** -----

Votos Contra: um (01) Carlos Lima -----

Abstenções: um (01) Vítor Clemente -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta



Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA MEMBRO CARLOS LIMA (PS)** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Ainda sobre esta proposta. Chamaram-me a atenção que a composição do júri, art. 24º, prevê a eleição de um elemento para júri. Eu tinha um entendimento que à partida não deveria ser eleito porque não convocámos esta Assembleia para esse efeito e a Assembleia é extraordinária." -----

Vitor Clemente (PS) - "Na convocatória diz, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara. E a proposta da Câmara é implícita no regulamento e no membro do júri." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "De facto diz que há uma composição, mas não obriga que

Vitor Clemente (PS) - "*remeta à Assembleia Municipal para aprovação e nomeação do representante desta no júri do regulamento*". -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Tem razão. Mas aqui só por unanimidade, eu aprovarei que seja feita esta eleição." -----

Paulo Freitas (PSD) - "Era nesse sentido. De colocar à Assembleia." -----

Presidente da A.M. (PSD) - "Quando eu entendo que não pode, não pode mesmo. Vi na proposta da Câmara que podemos considerar, mas de qualquer forma vai à admissão da Assembleia" -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO PARA JURI** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

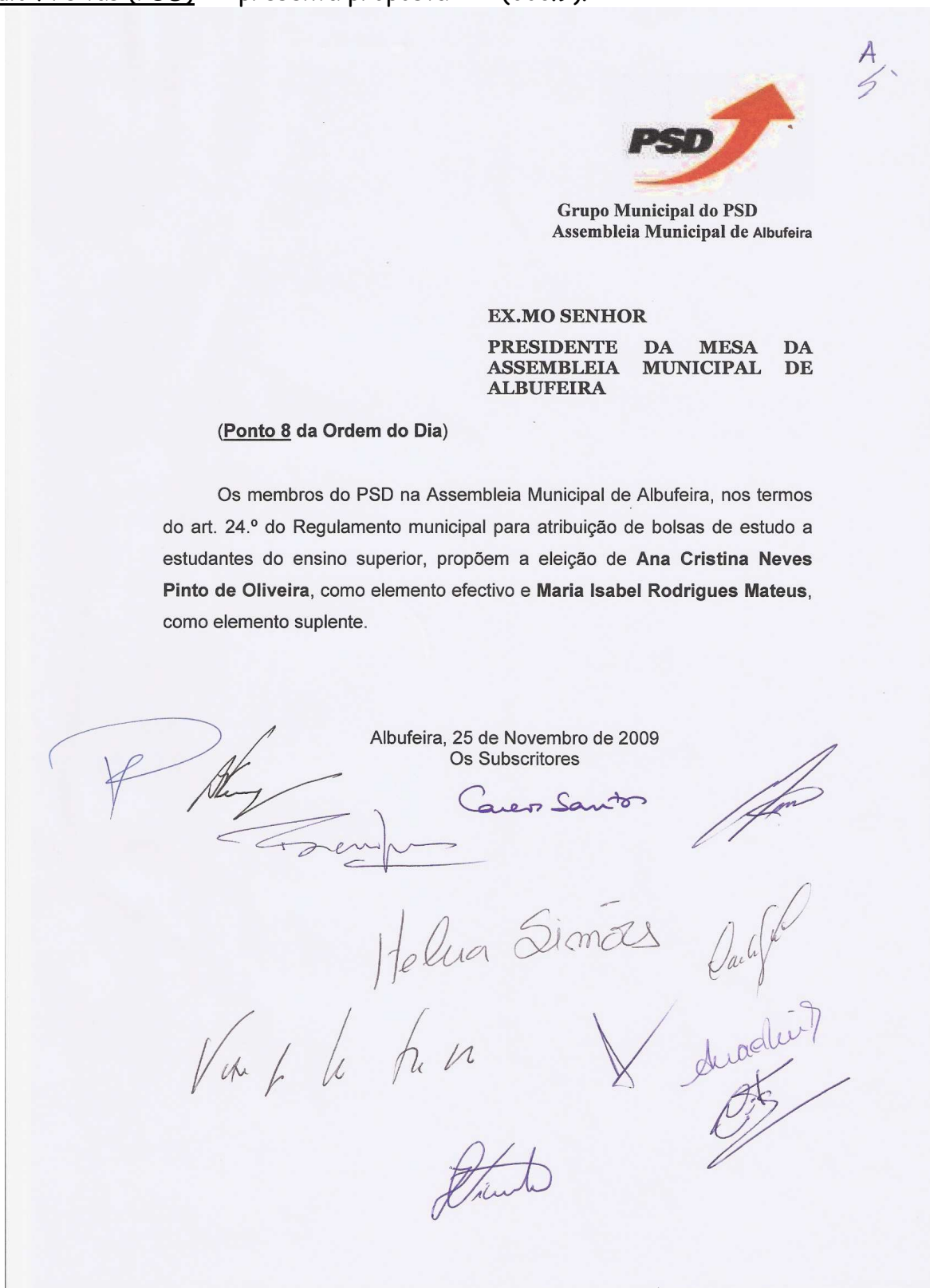
Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente Junta Freguesia de Albufeira, Presidente Junta Freguesia de Ferreiras e Presidente Junta Freguesia da Guia. -----

Ausências: zero (00) -----

**A eleição foi admitida por unanimidade** -----



Presidente da A.M. (PSD) - " Há indicações para este júri? "-----  
Paulo Freitas (PSD) - Apresenta proposta "A" (doc.9). -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros Presidente da A.M. colocou a proposta à votação, por escrutínio secreto. -----



**VOTAÇÃO: ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO PARA JURI -----**

**PROPOSTA (A) - dezassete (17) votos favoráveis -----**

**Votos em branco: seis (06) -----**

**Ausências: zero (00) -----**

**A proposta foi aprovada por maioria. Foi eleita a membro Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), como efectivo e Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), como suplente. -----**

**Presidente da A.M. (PSD) - Leu a declaração de voto do membro Carlos Lima relativamente ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo (doc.10). -----**

Declaração de voto

Voti contra a proposta apresentada pelo PSD para alteração ao Regulamento Municipal para a atribuição de bolsas de estudo, por não concordar com umas das diversas alterações propostas.

Como a votação foi feita em conjunto das propostas do PSD por expressa vontade do proponente, não tive oportunidade de aprovar a alteração com as poucas emendas por si feitas por aprovar aquela com que manifestamente discordo.

Albufeira - 25, nov. 2009

*Carlos Lima*



## PONTO SEGUNDO

Eleição de cinco Membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve; -----

Presidente da A.M. (PSD) - " Há aqui uma unificação de propostas para a Assembleia Municipal do Algarve" (doc.11). -----



Grupo Municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Albufeira

**EX.MO SENHOR**

**PRESIDENTE DA MESA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA**

**(Ponto 2 da Ordem do Dia)**

Os membros do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, apresentam a seguintes lista de elementos efectivos e suplentes para a eleição de 5 membros desta Assembleia Municipal para Assembleia Intermunicipal do Algarve.

Assim, elementos efectivos:

1. Carlos Eduardo da Silva e Sousa
2. Francisco João Magalhães Calhau
3. Maria Eugénia Xufre Baptista
4. Paulo Alexandre Figueiredo Freitas
5. Vítor José Correia Maria Vieira

*Suplente*

Elementos suplentes:

1. Carlos Augusto Cabrita dos Santos
2. Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão
3. Ana Luísa Sousa Simões
4. Helena Maria Palhota Dias Simões
5. Maria Isabel Rodrigues Mateus

*Suplente*

Albufeira, 25 de Novembro de 2009

Os Subscritores

*Carlos Santos*

*Paulo*

*Helena Simões*  
*Ana Luísa Sousa Simões*  
*Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão*  
*Carlos Augusto Cabrita dos Santos*  
*Maria Isabel Rodrigues Mateus*



**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
À ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

**O Partido Socialista representado nesta Assembleia Municipal**

**PROPÕE**

**PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

- FRANCISCO JOSÉ PEREIRA OLIVEIRA**
- VICTOR MANUEL CLEMENTE DA SILVA**
- FLORBELA JESUS PALMA CAIXINHA**
- CARLOS ALBERTO DA VOLTA MILHEIRO LIMA**
- LUIS FILIPE MENDONÇA REIS**

**Albufeira, 20 de Novembro de 2009**

Não havendo intervenções por parte dos Membros Presidente da A.M. coloca a proposta a votação, por escrutínio secreto, sendo admitidos a participar nesta votação, apenas os membros da assembleia eleitos directamente. -----



**VOTAÇÃO:** -----

**PROPOSTA (A) - vinte e um (21) votos favoráveis** -----

**Votos em branco: zero (00)** -----

**Ausências: zero (00)** -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade. Foram eleitos os membros do PSD, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, como efectivos e, Vítor José Correia Maria Vieira, Carlos Augusto Cabrita dos Santos, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão e Ana Luísa Sousa Simões, como suplentes. Foi eleito o membro do PS, Francisco José Pereira Oliveira, como efectivo e, Vítor Manuel Clemente da Silva, como suplente.** -----

**Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.** -----

**Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 01:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei.** -----

**Albufeira, 27 de Novembro de 2009** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_